

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Cav ARCENIO FRANCO JUNIOR

**A escassez de recursos naturais como
causa de guerras na América do Sul**



Rio de Janeiro
2018

Cel Cav **ARCENIO FRANCO JUNIOR**

A escassez de recursos naturais como causa de guerras na América do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para matrícula a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Art Rfm Paulo Roberto Bueno Costa

Rio de Janeiro

2018

F825e Franco Junior, Arcenio

A escassez de recursos naturais como causa de guerras na América do Sul / Arcenio Franco Junior. — 2018.
93 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Paulo Roberto Bueno Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 88-93.

1. Guerra. 2. Guerra por recursos naturais. 3. América do Sul. I.
Título.

CDD 355

Cel Cav **ARCENIO FRANCO JUNIOR**

A escassez de recursos naturais como causa de guerras na América do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para matrícula a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em de de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Paulo Roberto Bueno Costa - Cel Art Rfm – Dr. Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Carlos Alberto Guaycuru Vizaco - Cel Art Rfm – Dr. Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Wanderley Monteagudo Rasga Júnior - Cel Art R1 – Dr. Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A todos meus camaradas da turma de Cavalaria da AMAN de 1992. Uma homenagem pela amizade sincera e desinteressada demonstrados ao longo de mais de 30 anos de convívio na Instituição de maior credibilidade do Brasil.

Que nossos estribos se choquem em cavalgadas futura.

CAVALARIA!

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Cynthia Passos pelo carinho, compreensão e incentivo demonstrados durante a realização do CPEAEx e pela disponibilidade para realizar as revisões gramaticais neste trabalho.

Aos meus filhos Cynthia Patrícia e Guillermo que mesmo fisicamente distantes estavam sempre presentes em meu coração e em minha mente.

Ao Cel Art Rfm Paulo Roberto Bueno Costa pela disponibilidade e por conceder-me a liberdade de conduzir o trabalho, apresentando suas orientações oportunas nos momentos em que solicitado.

Aos companheiros da Turma 2018 do Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército com quem convivi na ECEME neste ano. A experiência de construir o conhecimento juntos e compartilhar diversos momentos de alegria foi gratificante. Todas as vezes que ver o símbolo do curso, lembrarei de vocês.

“Se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível a ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E, no caminho para o seu fim [...], esforçam-se por destruir ou subjugar o outro.” (Thomas Hobbes)

RESUMO

A guerra é um fenômeno abordado pelos estudiosos mediante diversos prismas. Tais pesquisadores buscaram contar os pormenores das guerras e frequentemente discutiram suas causas e consequências. Entre os motivos por eles apresentados estão as causas econômicas e, no bojo destas, a luta pela posse de recursos naturais. Conflitos Armados causados pela luta por recursos naturais podem ser chamados de “Guerras por Recursos”. Neste trabalho, as Guerras por Recursos são definidas como o *“emprego da força por grupos políticos para a resolução de um conflito causado pela busca da conquista ou manutenção de recursos naturais e energéticos e decorrentes da escassez ou valor econômico ou estratégico desses bens.”* Nota-se que quando os recursos naturais são escassos e potencialmente vitais para uma sociedade ou país, eles podem adquirir importância geopolítica e se tornam “recursos estratégicos”. Devido a essa importância e a natural assimetria de sua distribuição geográfica entre os países e regiões, os recursos estratégicos são potencialmente um dos principais motivos de eclosão de guerras externas e internas nos dias atuais. Historicamente, verifica-se que a disputa pelo acesso e posse de áreas ricas em recursos naturais também foi causa de guerras na América do Sul. São exemplos duas das maiores guerras sul-americanas: a Guerra do Pacífico (1872-1874) e Guerra do Chaco (1932-1935). Como “a história se repete”, o presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo definir se a escassez de recursos naturais causada pela sua distribuição irregular e agravada pelas mudanças climáticas e pelo excesso de exploração e consumo, poderá ser causa de guerras entre nações da América do Sul, no século XXI. Para atingir esse fim buscou-se inicialmente apresentar as principais causas da guerra, concluindo se a disputa por recursos naturais é atualmente um gerador de conflitos internos e externos; posteriormente, procurou-se apresentar os principais conflitos internos e externos sul-americanos e as principais áreas de fricção entre os países da América do Sul, com a finalidade de verificar se as guerras e disputas tiveram como causa a luta por recursos naturais. Por fim, conclui-se sobre a possibilidade de ocorrência de novos conflitos causados pela disputa por recursos naturais no subcontinente.

Palavras-chave: guerra, guerra por recursos naturais. América do Sul.

RESEÑA

La guerra es un fenómeno abordado por los eruditos a través de varios prismas. Estos investigadores intentaron contar los detalles de las guerras y a menudo discutieron sus causas y consecuencias. Entre las razones que se presentaron están las causas económicas y, entre éstas, la lucha por la posesión de los recursos naturales. Los conflictos armados causados por la lucha por los recursos naturales pueden llamarse "guerras por recursos". En este trabajo, las guerras por recursos se definen como siendo el "uso de la fuerza por parte de grupos políticos para resolver un conflicto causado por la búsqueda de la conquista o el mantenimiento de recursos naturales y energéticos y derivados de la escasez o el valor económico o Estratégico de estos activos. Se observa que cuando los recursos naturales son escasos y potencialmente vitales para una sociedad o país, pueden adquirir importancia geopolítica y convertirse en "recursos estratégicos". Debido a esta importancia y a la asimetría natural de su distribución geográfica entre países y regiones, los recursos estratégicos son potencialmente una de las principales razones de los brotes de guerras externas e internas en la actualidad. Históricamente, se comprueba que la disputa sobre el acceso y la posesión de áreas ricas en recursos naturales también fue una de las causas de guerras en Sudamérica. Son ejemplos dos de las mayores guerras del sur: la Guerra del Pacífico (1872-1874) y la Guerra del Chaco (1932-1935). Como "la historia se repite", este trabajo tenía la intención de definir si la escasez de recursos naturales causados por su distribución irregular y exacerbada por el cambio climático y la sobreexplotación y el consumo podría ser causa de las guerras entre las Naciones de Sudamérica en el siglo XXI. Para lograr este objetivo, se buscó inicialmente presentar las principales causas de la guerra, concluyendo si la disputa sobre los recursos naturales es actualmente un factor generador de conflictos internos y externos; posteriormente, se presentaron los principales conflictos internos y externos de Sudamérica y las principales áreas de fricción entre los países de subcontinente, con el objetivo de verificar si las guerras y las áreas de fricción fueron causa de la lucha por los recursos naturales. Finalmente, se concluye acerca de la posibilidad de la ocurrencia de nuevos conflictos causados por la disputa por recursos naturales en el subcontinente.

Palabras clave: guerra, guerra por los recursos naturales, Sudamérica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espectro dos Conflitos	23
Figura 2 - Formas de Guerra.....	25
Figura 3 - Guerras na América do Sul apresentadas do trabalho.....	53
Figura 4 - Mapa da Guerra do Paraguai.....	57
Figura 5 - Guerra do Pacífico – mapa político dos países , antes e após a guerra...	61
Figura 6 - Mapa do Chaco Boreal	62
Figura 7 - Guerra do Acre	67
Figura 8 - Evolução da Fronteira Equador-Peru	70
Figura 9 - Relação entre as áreas produtoras de folhas de coca, eventos conflituos e as regiões de atuação das FARC.....	75
Figura 10 - Áreas de Fricção.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estado de paz, crise e guerra.....	24
Quadro 2 - Tipos de Conflitos Armados	26
Quadro 3 - Pontos de vistas distintos sobre as causas de guerra	30
Quadro 4 - Principais conflitos internos brasileiros durante o Império (1822-1889) ..	35
Quadro 5 - Principais conflitos internos no período Republicano no século XIX.....	35
Quadro 6 - Resumo dos conflitos internos na América do Sul a partir de 1946	38
Quadro 7 - Guerras na América Latina, 1830-2000.....	50
Quadro 8 - Guerras Menores	52
Quadro 9 - Tentativas de solução do litígio em Equador e Peru.....	69
Quadro 10 - Guerras por Recursos na América do Sul	85
Quadro 11 - Principais Áreas de Fricção e Recursos Naturais.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECEME	Escola de Comando e Estado-maior do Exército
UCDP	Uppsala Conflict Data Program
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA	18
1.2 DELIMITAÇÃO E CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	19
2. A GUERRA	21
2.1 CONCEITO DE GUERRA	21
2.2 CAUSAS DAS GUERRAS	28
2.2.1 Causas das Guerras Externas	28
2.2.2 Causas das Guerras Internas	33
2.2.3 Causas das Guerra por Recursos	39
3. GUERRAS E ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL	49
3.1 GUERRA DO PARAGUAI (OU DA TRÍPLICE ALIANÇA)	54
3.2 GUERRA DO PACÍFICO	57
3.3 GUERRA DO CHACO	61
3.4 GUERRA DO ACRE	66
3.5 DISPUTAS DE FRONTEIRA ENTRE EQUADOR X PERU	67
3.6 CONFLITO INTERNO NA COLÔMBIA – ATUAÇÃO DAS FARC	71
3.7 ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL	75
4. CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS	88

1. INTRODUÇÃO

A guerra é um fenômeno humano. A humanidade conhece e faz a guerra desde que pequenos grupos de homens se organizaram e lutaram contra outros grupos para defender seus interesses e conquistar os limitados recursos naturais necessários à sua sobrevivência. Ao longo de milhares de anos, com o desenvolvimento de sociedades cada vez maiores e mais complexas, o fenômeno da guerra e a arte de conduzi-la sofisticou-se.

Para WRIGHT (1988)

A origem da guerra, portanto, varia com a conceituação que for utilizada. Começou com os animais, no sentido psicológico. Começou com os povos primitivos, sem contato com vizinho civilizados, no sentido sociológico. Começou com a civilização no sentido legal. Somente a partir do Advento de contatos culturais mundiais contínuos, no século XV, a guerra passou a existir no moderno sentido tecnológico. (WRIGHT,1988, p.20)

Deste modo, para esse autor a guerra pode, naturalmente, em todos seus estágios, ser abordada sobre os pontos de vista sociológico, legal, técnico e psicológico.

Em realidade, a história das guerras começou a ser escrita com Tucídides¹. Como expõe BOBBIO (2000):

Que a historiografia, a começar por Tucídides, tenha sido predominantemente até agora um relato de guerras, não é capricho dos historiadores. Uma história sem relatos de guerra, como aquela que os educadores para a paz gostariam que fosse ensinada nas escolas, não seria a história da Humanidade (BOBBIO, 2000, p.511)

Portanto, desde Tucídides, a história das guerras tem sido contada por inúmeros historiadores, sendo o tema mais comentado na história depois da religião. Tais estudiosos buscaram contar os pormenores das guerras passadas e frequentemente em sua narrativa discorrem sobre suas causas e consequências, entre as quais estão as causas econômicas e, no bojo destas, a luta pela posse de recursos naturais de toda espécie, sendo que mais recentemente por fontes de energia.

¹ Tucídides escreveu a História da Guerra do Peloponeso narrando a guerra entre Esparta e Atenas ocorrida no século V antes de Cristo. Preocupado com a imparcialidade, ele relata os fatos com concisão e procura explicá-lhes as causas. Sua obra é um clássico e pode ser considerada como o primeiro relato sobre as guerras.

Já possuindo uma noção do que seja a Guerra, conceito que será aprofundado no decorrer deste trabalho, e ciente de que uma de suas causas pode ser a escassez de recursos naturais, é mister conceituar o que são “recursos naturais”.

Segundo FONSECA (1992) “a definição de recursos naturais abarca um amplo espectro de componentes como recursos minerais (minérios), recursos biológicos (fauna e flora), recursos ambientais (ar, água e solo) e recursos incidentais (radiação solar, ventos e correntes oceânicas)”.(FONSECA, 1992, apud VITTE e col, 2009, p.3)

RODRIGUES (2015) apud VITTE e col. (2009) define que “os recursos naturais são bens que provêm da natureza e que o homem pode utilizar para satisfazer suas necessidades, sendo classificados em renováveis e não renováveis”. Ele divide os principais recursos naturais em: recursos energéticos, recursos minerais não-combustíveis, água, segurança alimentar e biodiversidade. (RODRIGUES, 2015 apud VITTE e col., 2009, p. 45 e 46). Nota-se que para RODRIGUES (2015) as fontes de energia se enquadram como “recursos energéticos”.

Para VITTE e col. (2009) os recursos naturais podem adquirir importância geopolítica e quando eles são escassos se tornam “recursos estratégicos”:

Todo recurso natural é um bem que provém da natureza e que o homem pode utilizar para satisfazer suas necessidades, sendo classificado em recurso natural renovável ou não renovável em função da capacidade de esgotamento. Em razão da característica natural presente nos recursos somente existir quando há ausência prévia de intervenção humana, os recursos naturais - renováveis e não renováveis - adquirem um perfil geopolítico quando se tornam artefatos ou campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática.

Quando é escasso em nível global, um recurso natural converte-se em um elemento geopolítico de poder internacional ao incitar motivos de disputas e conflitos que acontecem potencialmente no âmbito político, econômico ou militar mediante a confrontação diplomática, empresarial ou castrense. **Neste sentido, um recurso natural somente torna-se estratégico quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece em função da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há abundância e em outros escassez.** (VITTE e col, 2009, p.3)[o destaque é nosso].

Cabe destacar que a ideia de que para ser estratégico um recurso natural precisa ser escasso é relativo. O petróleo por exemplo é um recurso estratégico, porém, apesar de não existir na maior parte dos países, atualmente não pode ser

considerado um recurso mundialmente escasso, pois suas reservas se ampliam constantemente. Assim, RODRIGUES (2015), acrescenta que:

Um recurso é considerado estratégico em função de quatro aspectos: a *essencialidade*, referente a destinação do consumo produtivo, relacionados com a produção de máquinas e ferramentas, para comunicações e transportes, reprodução de tecnologias com setores de ponte à geração de energia, com fins científico-tecnológicos; a *massividade*, sendo massivamente utilizados, não podendo ser retirados do processo de produção, sendo considerados essenciais ao sistema devido ao volume consumido na produção; a *vulnerabilidade*, que se refere à disponibilidade do recurso, seu grau de suficiência global, sua quantidade de reservas presentes no mundo, sua localização geográfica e as condições de pureza em que são encontrados; e a *escassez*, onde a reduzida quantidade de reservas intensifica as competições e disputas no sistema internacional (CECEÑA; PORRAS, 1995). Logo, um recurso natural estratégico é aquele que é chave para a manutenção de poder e da hegemonia regional e mundial. (RODRIGUES, 2015, p. 46)

Quando se pondera na relação entre os recursos estratégicos e sua ocorrência na América do Sul, há que se ponderar sobre os quatro aspectos acima citados, pois somente recursos com essas características poderiam levar dois Estados a uma situação de conflito armado.

Conforme BARBOSA (2016) os tipos de recursos naturais que mais comumente tornam-se objeto de disputa direta entre os Estados, potencialmente gerando conflitos, são aqueles:

...relacionados diretamente à vida ou subsistência (como escassez de alimentos e água potável), alto retorno econômico (como exploração de ouro, diamantes e outros tipos de metais preciosos) ou aqueles que em abundância, podem gerar conflitos pelo controle, como recursos naturais tradicionais para a produção de energia (petróleo e gás natural, por exemplo). (BARBOSA, 2016, p.202)

Segundo FROTA (2012), a América do Sul possui uma característica significativa com relação às suas fontes energéticas, o que potencializa sua capacidade de integração energética. Essa característica é a *complementaridade* que potencializa a autossuficiência em insumos energéticos da América do Sul. Apesar da relevância dessa autossuficiência, a característica destacada é exatamente a **complementaridade** desses insumos entre os países da região, ou seja, a capacidade de países sul-americanos carentes em algum desses insumos terem essa demanda suprida por um vizinho. Assim, acredita-se que o suprimento das nações

sul-americanas pode ser realizado, em grande medida, mediante trocas comerciais entre esses países.

Sobre a atual situação sul-americana FROTA (2012) apud COSTA (1999) afirma:

Para sua atual necessidade econômica, a América do Sul é rica em recursos energéticos; possui abundantes reservas de petróleo na Venezuela; possui recursos hidrelétricos praticamente em toda a sua extensão; reservas de gás natural no Peru, na Argentina e em outros países; carvão na Colômbia e no Brasil; reservas consideráveis de urânio e tório no Brasil, Colômbia e Argentina (COSTA, 1999, p.169).

Tendo apresentado os recursos naturais e a guerra, cabe agora apresentar um pouco de sua influência histórica na América do Sul, para posteriormente, estabelecer suas relações.

Quando os ibéricos, portugueses e espanhóis, descobriram e iniciaram a conquista do Novo Mundo nos séculos XIV e XV, o que os movia era a busca por riquezas, particularmente por recursos naturais de alto valor, que seus Estados de origem não possuíam. Deveras acreditavam que encontrariam o “Eldorado”². Na América, entraram em choque com os indígenas e, mercê de sua superior capacidade de fazer a guerra, conquistaram a terra dos nativos e conseqüentemente seus recursos naturais. Destarte, pode-se inferir que as primeiras guerras entre os conquistadores e os nativos americanos teve como uma de suas causas a conquista de recursos naturais.

Durante a colonização, entre os séculos XVI e XIX, os ibéricos lutaram não somente contra os nativos, mas também contra europeus que não aceitavam ser excluídos da partilha das terras e riquezas do Novo Mundo, notadamente, contra franceses, ingleses e holandeses. Dessa época são as lutas dos lusitanos travadas no mar contra os corsários franceses e no continente contra franceses e holandeses que tentaram conquistar parte das terras coloniais portuguesas. Tais conflitos, declarados ou não, tiveram como causa econômica a exploração de recursos minerais como o ouro e a prata e de recursos vegetais como o pau-brasil e o açúcar.

No século XIX, após a independência dos países da América do Sul (subcontinente que limita o espaço físico da pesquisa), a disputa por recursos naturais

² El dorado é uma antiga lenda indígena da época da colonização da América e atraiu muitos aventureiros europeus. A lenda falava de uma cidade toda feita de ouro maciço e ouro puro.

prosseguiu e juntamente com a questão da indefinição das fronteiras, foi a principal causa de conflitos entre as novas nações.

No que diz respeito à questão de limites territoriais houve diversas guerras entre os países do subcontinente, sendo que atualmente ainda existe áreas de fricção entre alguns Estados. Quanto aos conflitos armados no subcontinente que tiveram como pelo menos umas das causas a disputa por recursos naturais, destacam-se duas das maiores guerras ocorridas entre nações sul-americanas: a Guerra do Pacífico (1872-1874) e Guerra do Chaco (1932-1935).

Percebe-se que a indefinição de limites também contribuiu para a eclosão dessas duas guerras por recursos naturais, pois caso estivesse claramente definido os limites entre os países, estaria perfeitamente identificado o dono do recurso, e portanto, possivelmente não haveria disputa.

A guerra é um dos principais motores da história, um fenômeno social que se repete. Conforme dados do *Uppsala Conflict Data Program*³ no ano de 2015 houve quatro conflitos armados com mais de dez mil mortos (insurgência do Boko Haram, Guerra do Iraque, Guerra Civil da Síria e Guerra do Afeganistão) e dez conflitos que causaram entre mil e dez mil óbitos. Nota-se que entre as quatro guerras com maior número de baixas, em três delas (Iraque, Síria e Afeganistão) o petróleo seja possivelmente uma de suas causas e fonte de financiamento. Provavelmente a maior parte dessas vítimas não existiria se houvesse solução pacífica para as disputas antes de seu início.

Existe a crença de que para evitar a eclosão de uma guerra é necessário atuar sobre suas causas. De tal modo, conhecendo as suas causas gerais e particulares, pressupõe-se poder intervir e impedir a eclosão de novos conflitos por via diplomática.

É senso comum, e pesquisadores afirmam, que uma das principais causas da guerra ao longo da história é a luta pela posse de recursos naturais. O aumento da população mundial e, conseqüentemente, do consumo desses recursos, aliado à sua escassez e distribuição irregular, tem causado a ocorrência de guerras internas e externas. Na atualidade, a maior incidência de conflitos por recursos naturais localiza-

³ [Uppsala Conflict Data Program](#), UCDP, é um projeto da Universidade de Uppsala que registra mortes em conflitos de guerra. Desde a década de 1970, o objetivo do programa tem sido registrar dados de conflitos no mundo. O UCDP produz um relatório anual chamado "Estados em conflito armado " que inclui dados sobre pessoas que morreram em conflito, suas resoluções e as dinâmicas do conflito durante o ano anterior.

se na África e no Oriente Médio, mas há a possibilidade de ocorrerem em outras áreas, como por exemplo na América do Sul, envolvendo até mesmo o Brasil.

Atualmente, os países da América do Sul são, em sua maioria, produtores e exportadores de *commodities*⁴, sendo que alguns desses ativos são recursos naturais escassos, estratégicos, essenciais e de alto valor. Deste modo, o acesso a esses recursos é por vezes disputado por mais de uma Nação. Essa competição pode levar à guerra.

Portanto saber que a disputa por determinados recursos naturais e fontes de energia pode ser a causa de um conflito interno ou entre dois países sul-americanos pode ajudar a antecipar uma solução pacífica por vias diplomáticas ou comerciais, o que inegavelmente pouparia vidas e evitaria elevado custo financeiro de uma guerra.

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA

Como a disputa pelo acesso e posse de recursos naturais já foi causa de guerras na América do Sul, questiona-se se a sua escassez (ou valor) poderá ensejar conflitos internos ou guerras externas entre os países do subcontinente no século XXI. Destarte, o presente trabalho tem por objetivo geral definir se a escassez de recursos naturais e fontes de energia, causada pela sua distribuição irregular e agravada pelas mudanças climáticas e pelo excesso de exploração e consumo, poderá ser causa de guerras entre nações da América do Sul.

Para alcançar o objetivo geral, o trabalho foi redigido em três capítulos além da introdução. Os capítulos 2 e 3 foram atingidos os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar as principais causas da guerra, concluindo se a disputa por recursos naturais é atualmente um gerador de conflitos internos e externos.
- Apresentar conflitos internos e externos ocorridos e áreas de fricção entre os países da América do Sul concluindo quais guerras tiveram como causa a disputa por recursos naturais e se em alguma área de litígio há recursos em disputa.

Finalmente no terceiro e último capítulo são apresentadas as conclusões finais.

⁴ Commodities é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa *mercadoria*. É usada para descrever produtos de baixo valor agregado.

1.2 DELIMITAÇÃO E CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O estudo da Guerra, conhecido como Polemologia⁵, é um tema amplo demais para o tempo disponível para a pesquisa no CPEAEx, de modo que será dado enfoque aos autores que tratam das causas da guerra, de uma forma ampla, a fim de identificar e confirmar se a competição por recursos naturais é ou não uma dessas causas.

Outra delimitação da pesquisa é a área geográfica em que ocorre o objeto de estudo, que se circunscreve ao subcontinente sul-americano e os países que o compõe. Por conseguinte, somente serão analisados conflitos internos e externos envolvendo países pertencentes ao subcontinente, ainda que no estudo das causas sejam apresentados conflitos ocorridos em outras partes do globo, a fim de exemplificar ou confirmar conceitos e ideias apresentadas.

Em relação à questão temporal, a pesquisa realizada buscou uma visão projetiva, pois no estudo das guerras verifica-se que conflitos armados do passado tem potencial de serem reativados em crises no presente e podem influir decisivamente na eclosão de futuras guerras. Dessa forma estudou-se:

- o passado, apresentando as áreas de fricção e os conflitos armados externos ocorridos na América do Sul, desde o século XIX (no qual houve a formação dos Estados Nacionais nessa região);

- o presente, caracterizando a crescente demanda e escassez de recursos naturais e fontes de energia no subcontinente, e a possibilidade de conflitos entre os países sul-americanos; e

- o futuro, projetando a possibilidade de ocorrência de novos conflitos por recursos na região, com base nos dados acima.

Observa-se que não foram tratados temas como o poder relativo dos países sul-americanos e seu peso na solução de conflitos.

Para atingir os objetivos propostos no projeto de pesquisa, o trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográfica e documental, consideradas mais adequadas para o estudo em questão. Deste modo, compreendeu as seguintes técnicas:

⁵ **Polemologia** é o estudo científico das guerras e seus efeitos, formas, causas e funções enquanto fenômeno social.

- estudo exploratório buscando o levantamento detalhado da bibliografia e de documentos pertinentes;
- seleção dos documentos mais adequados e estudo crítico dessas fontes;
- pesquisa qualitativa mediante a análise de documentos históricos e trabalhos científicos.

A *pesquisa bibliográfica* visou ampliar a quantidade de fontes de consulta e teve como base as bibliotecas, entidades e estabelecimentos de ensino e pesquisa civis, entre outras. Para atingir o estado da arte sobre os temas em estudo foi amplamente utilizada a busca na rede mundial de computadores em fontes abertas e nas bases de dados disponibilizadas pela ECEME, como Science Direct, Scopus, ASTM, entre outras. Nessa pesquisa houve enfoque, particularmente, na busca por documentos que explicassem as causas das guerras, que apresentassem exemplos de guerras por recursos, que descrevessem as guerras e áreas de fricção na América do Sul e que apresentassem a localização e importância dos recursos naturais e fontes de energia encontrados no subcontinente. Os documentos obtidos foram catalogados e fichados de forma a facilitar a apresentação do relatório final.

Finalmente desde o início da concepção da pesquisa verificou-se que estudar as guerras por recursos naturais e, especificamente, sua ocorrência na América do Sul, exigiria a revisão da literatura existente sobre o tema para que fossem assimilados conceitos básicos sobre as causas da guerra e da história dos conflitos armados no subcontinente. Também obrigou o estudo da incidência de recursos naturais cuja disputa poderia servir de causa para futuros conflitos internos e externos. Tal estudo resultou na formulação dos capítulos que se seguem.

2. A GUERRA

2.1 CONCEITO DE GUERRA

Nessa fase do trabalho convém realizar um breve estudo conceitual sobre a Guerra, para posteriormente tratar de suas causas.

De acordo com o contexto em que viveram (época e lugar), suas crenças, ideologias e sua atividade profissional, muitos pesquisadores definiram o fenômeno da guerra de diversas formas.

Para WRIGHT (1988) “No sentido mais amplo a guerra é um contato de entidades distintas, mas semelhantes” (WRIGHT, 1988, p.3), para ele tal definição foi elaborada para finalidades profissionais por juristas, diplomatas e militares e para efeito de discussão científica por sociólogos e psicólogos.

Uma das mais conhecidas e repetidas definições do que seja a guerra é a de CLAUSEWITZ, que em sua obra “Da Guerra” definiu a guerra como “um ato de violência destinado a obrigar os adversários a satisfazer nossa vontade” e que “a Guerra não é senão a continuação das ações políticas com o acréscimo de outros meios”. (CLAUSEWITZ apud WRIGHT, 1988, p.4). Tal definição vem ao encontro do tema deste trabalho, entretanto é contestada por alguns críticos da obra desse general prussiano. Um exemplo é KEEGAN (1995) o qual afirma que CLAUSEWITZ deixou de perceber que a Guerra abarca muito mais que a política, que ela é sempre uma expressão da cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura. (KEEGAN , 1995, p.28).

Para BOBBIO (2000) o conceito de guerra está diretamente ligado ao conceito de paz:

Partindo da constatação de que, dos dois termos do par, o termo forte é guerra e o fraco é paz, o estado de paz só pode ser definido se definido preliminarmente o estado de guerra. **Pode-se dizer que existe um estado de guerra quando dois ou mais grupos políticos encontram-se entre si em uma relação de conflito cuja solução é confiada ao uso da força.** (BOBBIO, 2000, p.513) (o destaque é nosso).

Observa-se que BOBBIO define o que vem a ser o estado de guerra e desse modo, por antítese, define o estado de paz, isto é, a ausência de guerra. Ele diz que

ocorre a guerra quando “há o uso da força por dois ou mais grupos políticos para solucionar um conflito”. (BOBBIO, 2000, p.513). Da definição surgem três ideias básicas propostas por BOBBIO (2000): *grupos políticos*, *conflito* e *uso da força*.

A aplicação da expressão “**grupos políticos**”, genérica, e portanto mais ampla que a noção de Estado, permite considerar como guerras os conflitos armados em que há a participação de “grupos independentes”, dotados de força própria, mas não detentores do monopólio do uso da força concedido pelos Estados (forças armadas). Tal conceito permite a inclusão no conceito de guerra da participação combatentes não-estatais, como é o caso de grupos revolucionários e até de grupos incluídos atualmente como “novas ameaças”, como por exemplo organizações terroristas e até o crime organizado.

O emprego do termo “**conflito**” facilitou o entendimento de que para existir uma guerra tem de haver um choque entre vontades, uma disputa por um mesmo objetivo. A inclusão da palavra também permitiu compreender que há um período de transição (estado de crise) entre os estados de guerra e o de paz. Para bem explicar sua concepção, BOBBIO (2000) define o termo conflito desta forma:

Tem-se uma situação de conflito toda vez que as necessidades e os interesses de um indivíduo ou de um outro grupo são incompatíveis com aqueles de outro indivíduo ou outro grupo, e, portanto, não podem ser satisfeitos senão com prejuízo de um ou do outro. O caso mais típico é aquele da ocorrência de inúmeros indivíduos ou grupos pela posse de um bem escasso que se encontre no território de outro. (BOBBIO, 2000.p.513).

BOBBIO (2000) também ensina que os conflitos são solucionados habitualmente com acordos e de forma pacífica, portanto, no período de paz (estado de crise). Contudo explica que alguns conflitos estão destinados a serem solucionados pelo “**uso da força**”, quando os meios pacíficos para a solução da crise não surtiram efeito. BOBBIO (2000, p.514). Nesse contexto, esclarece que o uso da força é o emprego da violência física como forma de coerção.

BOBBIO (2000) acrescenta que para ocorrer a guerra, no sentido pleno da palavra, também seria necessário:

- que houvesse o uso da violência coletiva de forma não acidental,
- que existisse uma organização (grupo político), preparado e adestrado para buscar o objetivo. (BOBBIO, 2000, p.514).

Para que fique bem caracterizado o emprego da força, isto é, da violência, como pré-requisito para caracterizar o estado de guerra, convém observar o que diz WRIGHT (1988) :

Ao dizer que o conflito se processa por intermédio de força armada se excluem formas litigiosas de procedimento que admitem apenas argumentação persuasiva, habilidade intelectual ou confrontos físicos amistosos, como em julgamentos judiciais, debates parlamentares e jogos atléticos. A técnica militar pressupõe o emprego de armas que matam, ferem ou capturam adversários. A guerra é portanto, uma forma de violência. O termo violência, entretanto, inclui também atividades que não são bélicas, como assassinato e latrocínio, tumulto e linchamento ação policial e execução, represálias e intervenção. A guerra, por outro lado, pode incluir outras atividades além da violência. Na guerra moderna, a propaganda e as frentes econômicas e diplomáticas podem ser mais importantes do que a frente militar; mas, se a técnica da violência armada não é empregada ou a ameaçada de emprego, não se configura a situação de guerra (WRIGHT, 1988, p.15).

A noção de conflito apresentada por BOBBIO (2000) é semelhante a constante na Doutrina Militar de Defesa Brasileira. Do estudo do Manual, Doutrina Militar de Defesa – MD51-M- 04, edição 2007, percebe-se que um conflito surge do choque de vontades e interesses nas relações interpessoais, intergrupais e internacionais. (BRASIL, 2007, p.21).

Para estabelecer a diferença entre os estados de guerra e paz, a doutrina adota a teoria do chamado “Espectro dos Conflitos”. No citado manual, a seguinte figura esquematiza essa ideia:

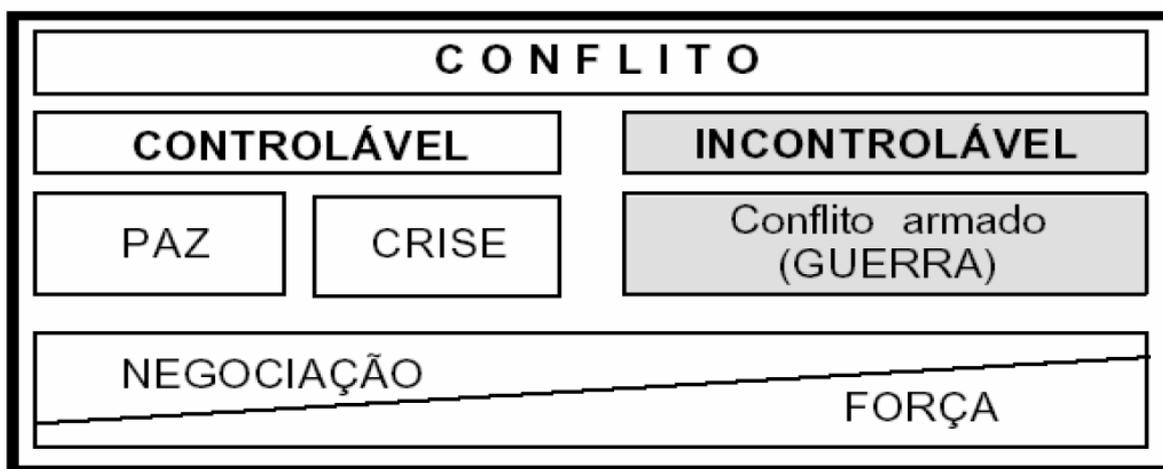


Figura 1 - Espectro dos Conflitos
Fonte: BRASIL, 2007

A Doutrina ainda prescreve que “A ocorrência de conflitos, sua natureza e magnitude no ambiente externo ou interno de uma nação caracterizam os **estados de paz, de crise, de guerra ou de conflito armado**”. (BRASIL, 2007, p.23). [o destaque é nosso]

Sinteticamente esses três estados podem ser resumidos no quadro que se segue:

Estado de Paz	Estado de Crise	Estado de Guerra ou de Conflito Armado
Implica ausência de lutas, violências ou graves perturbações, no âmbito de um Estado ou no âmbito de suas relações internacionais. Os conflitos existentes não comprometem os interesses da nação.	Conflito desencadeado ou agravado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em um contencioso. A crise é um conflito posicionado entre a paz e a guerra.	A guerra é o conflito no seu grau máximo de violência.

Quadro 1 - Estado de paz, crise e guerra
Fonte: BRASIL, 2007

Da Doutrina de Defesa também se extrai o conceito de Conflito Armado: “O conflito armado é amplamente entendido como um recurso utilizado por **grupos politicamente organizados** que empregam a violência armada para solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem”. (BRASIL, 2007, p.22) [o destaque é nosso]. Constata-se, que a Doutrina de Defesa concorda com BOBBIO (2000) quando utiliza a ideia de “grupo político”, o que dá flexibilidade à definição e concorda com CLAUSEWITZ no sentido de que “a guerra se destina a fazer o adversário satisfazer nossa vontade” (CLAUSEWITZ apud WRIGHT, 1988, p.4), como já foi explicitado.

Para fins doutrinários, os termos Guerra e Conflitos Armados possuem o mesmo significado (conceito adotado neste trabalho), pois as expressões:

“...diferenciam-se apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a certos requisitos. Entre eles figuram o estabelecimento da neutralidade de países e a necessidade de declaração formal de guerra. Uma vez que as guerras atuais têm ocorrido sem atender a esses requisitos, a expressão guerra vê-se limitada em seu emprego. (BRASIL, 2007, p.22)

A Figura 1 (Espectro dos Conflitos) apresenta no campo inferior uma faixa dividida por uma linha diagonal onde se leem as palavras, **negociação e força**. Trata-se da esquematização das formas de resolução de conflitos internacionais que para

fins de Defesa podem ser atingidas pela negociação, pela compulsão e pela violência declarada. Ações desta forma definidas:

“3.3.2 Negociação

Forma não-violenta de solução, em que as partes litigantes procuram solucionar o conflito pela busca de rumos convergentes para convivência futura, fundamentada em bases de racionalidade, que emprega processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos.

3.3.2.1 Um dos instrumentos de negociação mais empregado atualmente é a arbitragem, em que as partes litigantes aceitam a figura de um árbitro, com poderes para estabelecer as bases para o novo status após o conflito, comprometendo-se a aceitá-las, sejam quais forem essas bases.

3.3.2.2 A negociação pode ser direta ou por intermediação de terceiros. Em ambos os casos, as partes podem aceitar dialogar, não somente sobre o fim do conflito, como também sobre o novo status pós-conflito.

3.3.3 Compulsão

Forma de solução de conflito em que uma das partes litigantes é compelida, por intimidação ou atrição, a aceitar a decisão tomada pela outra parte, a quem a primeira deve se submeter. Poderá, também, ser utilizada por terceiros para, solucionando o conflito, imporem condições a uma ou a ambas as partes litigantes.

3.3.4 Violência declarada

Forma de solução do conflito em que uma das partes litigantes é submetida pela outra, por sujeição ou destruição, mediante o emprego violento de meios de toda ordem.”. (BRASIL, 2007, p.23)

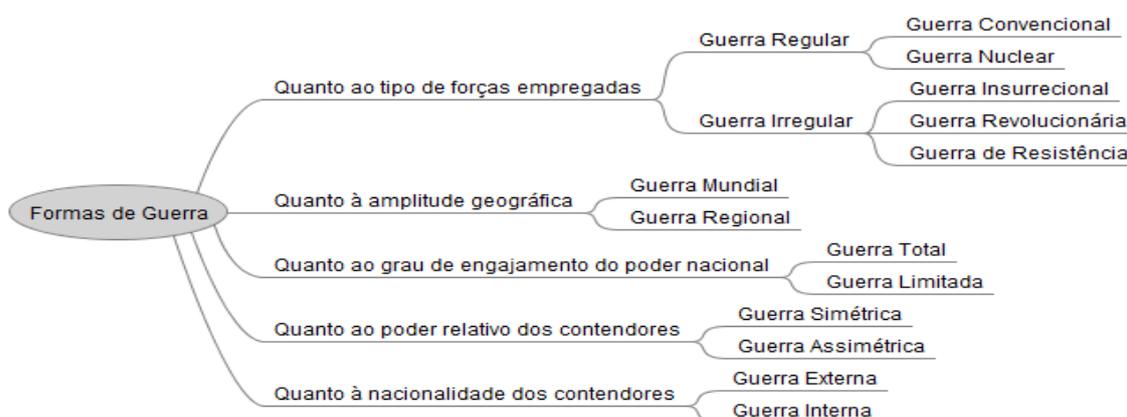


Figura 2 - Formas de Guerra
Fonte: o autor

A Doutrina de Defesa busca categorizar diferentes Formas de Guerra, ainda que não haja por parte de historiadores e especialistas unanimidade no tocante a sua classificação. As classificações obedecem diferentes enfoques e propósitos, e a depender do prisma sob o qual se observe, o fenômeno da guerra pode ser classificado de diversas maneiras. As classificações de Defesa são resumidas no mapa mental abaixo:

Neste trabalho, a tipologia não é um atributo fundamental, todavia, uma visão geral das formas demonstra um aspecto bastante relevante no estudo, que é a classificação dos beligerantes, pois as guerras por recursos podem ser tanto Guerras Externas quanto Internas, estas últimas também conhecidas por Guerras Civis ou Conflitos Internos, os quais, conforme a literatura, podem ser gerados ou “alimentados” por conflitos envolvendo a disputa por recursos naturais e energia, tema do trabalho.

Outra forma simplificada de tratar o problema da tipificação na área acadêmica foi proposto pela universidade sueca de Uppsala que mediante o “Uppsala Conflict Data Program” (UCDP) ⁶ divide os conflitos armados em quatro tipos:

Tipo	Descrição
Conflito extra sistêmico	Ocorre entre um Estado e um grupo não-estatal fora de seu próprio território. Estes conflitos são por definição territorial, uma vez que o lado do governo está lutando para manter o controle de uma área fora de sua base territorial contígua. O último conflito desse tipo foi a Guerra Colonial Portuguesa, terminada em 1974.
Conflito Interestatal	Ocorre entre dois ou mais Estados
Conflito Interno	Ocorre entre o governo de um Estado e um ou mais grupos de oposição interna sem a intervenção de outros Estados
Conflito Armado Interno Internalizado	Ocorre entre o governo de um Estado e um ou mais grupos de oposição com intervenção de outros estados (partes secundárias) para um ou ambos lados.

Quadro 2 - Tipos de Conflitos Armados
Fonte: UCDP

A UCDP ainda classifica os conflitos armados em dois níveis de intensidade:

⁶ “Uppsala Conflict Data Program (UCDP) é um projeto de coleta de dados sobre conflitos armados internos e externos criado na Universidade de Uppsala, na Suécia, que vem coletando informações sobre os conflitos ocorridos a partir de 1946 e tornando-o publicamente disponível através do seu relatório anual “Estados em conflitos armados”.

- 1. Menor: entre 25 e 999 mortes relatadas em combate em um determinado ano.
- 2. Guerra: ao menos 1000 mortes relatadas em combate em um determinado ano.

Nota-se que a tipificação da UCDP ajuda a entender e estudar pequenos conflitos armados, entre os quais aqueles que tem entre suas causas a luta por recursos naturais, apesar dessa base de dados não tratar das causas dos conflitos nela registrados.

Na tipologia de Defesa, não há uma categorização dos conflitos armados decorrentes de suas causas, talvez devido à complexidade de realizar a divisão usando esse parâmetro de comparação. No entanto, nesse trabalho, a guerra será tipificada por suas causas.

Entre essas causas estão as guerras geradas por motivos econômicos, nas quais se enquadram as **Guerras por Recursos**, as quais, por sua vez, podem ser definidas como o *“emprego da força por grupos políticos para a resolução de um conflito causado pela busca da conquista ou manutenção de recursos naturais e energéticos e decorrentes da escassez ou valor econômico ou estratégico desses bens.”*

Interessante ressaltar que a Doutrina de Defesa não se ocupa de apresentar nenhuma teoria ou conceito que busque citar, apresentar ou caracterizar as causas das guerras, entretanto, apresenta as condições para a solução da Guerra:

3.4.5 Solução da Guerra

3.4.5.1 **Seja qual for a sua causa**, a solução da guerra será conseguida quando tiver sido alcançada uma ou mais das seguintes condições:

- a) a estrutura de apoio ao esforço de guerra do inimigo tiver sido afetada a tal ponto que ele não consiga mais manter poder militar suficiente para o prosseguimento das operações;
- b) quebra da vontade de lutar do inimigo;
- c) perda de condições do governo inimigo em congregar o povo para o esforço de guerra; e
- d) redução da capacidade das FA inimigas a um ponto tal que impeça uma oposição efetiva.

3.4.5.2 A situação pós-conflito deve merecer especial atenção dos responsáveis pela guerra, a fim de que sejam propiciadas ao vencido

condições para a sua recuperação, fator essencial para o restabelecimento da paz. (BRASIL, 2007, p.26 e 27).). [o destaque é nosso].

A falta de preocupação em apresentar, mesmo que sumariamente para fins de estudo, as causas da guerra pode ser uma lacuna a ser preenchida na doutrina. Talvez a omissão seja devido à complexidade do tema para ser tratado num manual resumido como o citado manual MD-51.

2.2 CAUSAS DAS GUERRAS

2.2.1 Causas das Guerras Externas

Em que pese a omissão das causas da guerra na Doutrina de Defesa Brasileira, quando se estuda o fenômeno da guerra é inevitável tratar de suas causas. Efetivamente as causas das guerras foram objeto de estudo de estrategistas, militares, historiadores, cientistas políticos, entre outros pesquisadores, sendo importante conhece-las para entender a transição entre a paz e a guerra.

WRIGHT (1988) explica que:

Para uns a causa de uma guerra é um evento, uma condição, um ato ou uma pessoa, referentes a apenas a uma guerra específica; para outros é um pretexto geral, aplicável a muitas guerras. Para uns é grupo de motivos, de ideais ou valores humanos, conjunto de forças, condições, processos, padrões ou relações impessoais. Para uns é a entrada ou a injeção de um fator de perturbação numa situação estável; para outros é a falta de condições essenciais de estabilidade na própria situação ou na incapacidade de perceber determinadas potencialidades. Estas diferenças de opinião refletem diferenças de sentido no termo “causa”. (WRIGHT, 1988, p.87).

Visualizando as diferentes atribuições de sentido à causa, WRIGHT (1988) estabelece que “Os cientistas sociais, os historiadores e os políticos com frequência atribuem sentidos diferentes a causa, de forma que tem pontos de vistas distintos sobre causas de guerra”. (WRIGHT, 1988, p.87). Tais atribuições resumem-se no quadro 3, na próxima página.

Sobre o tema, BLAINEY (2014), um dos mais renomados escritores sobre as causas da guerra, autor de “The Causes of War”⁷ afirma que toda teoria geral sobre as causas da guerra pode ser testada por meio de um estudo cuidadoso de conflitos anteriores, principalmente o começo e o fim. De fato, algumas de suas teorias sobre as causas da guerra e da paz são hoje amplamente aceitas. Enquadra-se nessa categoria a noção de que quase a totalidade dos países entrou nas guerras com um grau injustificado de otimismo e com a crença de que a guerra seria breve.

Classificação	Pensamento adotado por	Ideia geral dos profissionais	Causas específicas
Causas Científicas da Guerra	Cientistas	Admitem que o universal e o particular são aspectos de uma mesma realidade	<p>1 - Dificuldades de manter um equilíbrio estável entre as forças políticas e militares, inconstantes e variáveis, dentro do Estado.</p> <p>2 - Dificuldade de usar os recursos e as sanções das normas internacionais como instrumento eficaz para determinar os interesses em evolução dos Estados, os valores em mutação da humanidade e a justa solução das disputas internacionais.</p> <p>3 - Dificuldade de organização do poder político de forma que possa manter a ordem numa sociedade Universal, sem ser ameaçada por outras sociedades.</p> <p>4 - Dificuldade de transformar a paz num símbolo mais importante na opinião pública mundial do que símbolos particulares que possam, de forma local, temporária ou geral, favorecer a guerra.</p>
Causas Históricas da Guerra	Historiadores	Admitem que o futuro é o desdobramento do passado, incluindo, entretanto, intenções e aspirações avançadas. Procuram deduzir as causas pelo exame minucioso dos antecedentes de uma determinada guerra, pelos eventos, circunstâncias e condições que podem estar relacionados com os conflitos.	<p>Geralmente classifica as causas por assuntos que as pessoas julgam conhecer.</p> <p>1 - interesses políticos e econômicos</p> <p>2 - processo e organizações sociais, políticos e legais,</p> <p>3 - compromissos religiosos e ideológicos,</p> <p>4 - a natureza humana.</p> <p>5- por razões práticas políticas e jurídicas que tem conotações com impulsos motivos e intenções da natureza humana.</p>
Causas práticas da guerra	Políticos, publicistas e juristas	Supõe que as transformações resultam do livre arbítrio sobre o meio ambiente	<p>Eles admitem que as Guerras se originam das seguintes situações:</p> <p>1 - quando homens e governos se encontram em situações em que acreditam que devam combater ou</p>

⁷ The Causes of War foi escrito originalmente em 1973. O autor realizou várias atualizações no texto nos anos seguintes. Em 2014, a edição brasileira publicou o livro revisado pelo autor em 2013, com o nome de “Uma breve história das guerras”. Ver bibliografia.

			<p>então deixarão de existir, e, portanto, lutam por necessidade.</p> <p>2 – quando homens e governos desejam alguma coisa – riqueza, poder, solidariedade social – e não conseguem obter sem o uso da força.</p> <p>3 - quando homens e governos tem o costume de lutar na defesa de uma ideologia que exige o confronto na presença de certos estímulos.</p> <p>4 - quando homens e governos tem disposição para a luta por que são aguerridos ou estão entediados os e se sentem vítimas de frustrações ou desentendimentos.</p>
--	--	--	---

Quadro 3 - Pontos de vistas distintos sobre as causas de guerra
 Fonte: WRIGHT, 1988

Para BLAINEY (2014) não basta estudar as causas das guerras, também é preciso estudar as causas da paz, pois tal como BOBBIO (2000), afirma que uma não existe sem a outra. Em seu trabalho, BLAINEY (2014) busca levantar teorias conflitantes sobre a guerra, com a finalidade de compará-las, combatê-las ou pelo menos examinar suas evidências. Nesse ponto, ele expõe que existem algumas generalizações populares sobre o assunto que são instintivamente rejeitadas ou aceitas sem alteração. Deste modo, ele desmistifica, desvaloriza ou desqualifica certas teorias aceitas pelo senso comum sobre as causas da guerra e da paz, sem se furtar a usar estudos realizados por outros cientistas para isso.

São exemplos de teorias que BLAINEY (2014) não confirma, a ideia de que a adoção de uma linguagem universal comum reduziria os mal-entendidos entre as nações e a crença de que as relações entre os países seriam melhores quando as nações adotam uma mesma religião. Ele demonstra que a realidade dos fatos e as guerras civis e externas atualmente em curso em nosso planeta não confirmam que tais teses são verdadeiras. (BLAINEY, 2014, p.13).

BLAINEY (2014) também apresenta teorias que ajudam a explicar os motivos que levam os países à guerra, uma delas é de que “o otimismo extremo que tantas vezes caracterizou o início de um conflito foi a essência das causas das guerras”. (BLAINEY,2014, p.122). Para ele, um fator crucial para o entendimento dos conflitos armados seria o otimismo dos líderes das nações ao iniciarem a maioria das guerras (BLAINEY,2014, p.122) e a aura de onipotência da massa partilhando desse mesmo sentimento. (BLAINEY,2014, p.58).

Por certo, para BLAINEY (2014) a questão do excesso de otimismo está nitidamente ligado a questão do equilíbrio de poder, pois para ele a “medida do poder

internacional é um dado crucialmente relevante para o estudo das causas de uma guerra” (BLAINEY,2014, p.120). Assim, o conflito resultaria da disputa silenciosa sobre a extensão dos respectivos poderes, enquanto a paz corresponderia à concordância sobre a medida aproximada desses poderes. Ele cita exemplos:

Talvez a principal razão pela qual França e Alemanha não se enfrentaram, pelos 40 ou mais anos que precederam a primeira guerra mundial, tenha sido o fato de concordarem quanto à distribuição relativa de seu poderio militar. Pelo mesmo motivo, Estados Unidos e Rússia não entraram em guerra no início dos anos 60, durante a crise dos mísseis de Cuba. A concordância não depende de negociação, mas de uma previsão dos custos e benefícios de um conflito, de uma avaliação da capacidade do inimigo e da conclusão sobre as vantagens e desvantagens do emprego de forças militares para redistribuir o poder. (BLAINEY,2014, p. 120).

Além disso, afirma que as guerras geralmente terminam quando as nações envolvidas concordam sobre sua força relativa e geralmente começam quando elas discordam sobre essa questão. Nesse sentido:

Pode-se sugerir que as nações, na avaliação de sua força relativa foram influenciada por sete fatores principais: 1) poderio militar e capacidade de aplicá-lo de modo eficiente a zona de guerra escolhida; 2) previsões sobre o comportamento das nações não diretamente envolvidas, no caso do conflito; 3) ideias sobre a união interna e sobre a união e desunião do inimigo; 4) extensão da lembrança das realidades e do sofrimento de um combate; 5) opinião sobre a própria prosperidade e capacidade de sustentar economicamente o tipo de guerra previsto; 6) nacionalismo e ideologia; 7) personalidade e qualidades mentais dos líderes que analisaram as influências e decidiram pela paz ou pela guerra. (BLAINEY,2014, p.119 e 120).

VAN EVERA (1999), outro estudioso que escreveu um livro sobre as causas da guerra⁸, adota uma postura realista que em muitos pontos coincide com as ideias de outros autores citados neste trabalho. Em sua obra ele desenvolve quatro argumentos principais:

Primeiro - *as percepções dos Estados sobre a estrutura internacional do poder afetam fortemente o risco de guerra*. Por conseguinte os Estados lutam nas seguintes situações:

- quando creem que vão vencer,

⁸ Causes of War: Power and roots of conflict. Ver referências bibliográficas.

- quando pensam que a vantagem ficará com o lado que adotar o primeiro movimento (quem atacar primeiro),
- quando acreditam que seu poder relativo está em declínio,
- quando assumem que sua acumulação de recursos é alta, e o mais importante,
- quando acreditam que a conquista será fácil.

Para VAN EVERA (1999) essas crenças explicam uma grande quantidade de guerras modernas e na ausência total dessas percepções, a guerra raramente ocorre.

Segundo - *a verdadeira estrutura internacional do poder afeta o risco de guerra*, porém de forma menos importante porque os Estados frequentemente percebem mal a conjuntura e reagem somente ao que conseguem perceber.

Terceiro - *a estrutura do poder tem sido bastante benigna em tempos de modernos, pois:*

- as vantagens do primeiro movimento têm sido pequenas,
- a força relativa das grandes potências raramente flutuou drasticamente,
- a acumulação de recursos pelas nações tem sido baixa, e
- a conquista tem sido muito difícil.

Estes perigos eram pequenos nas décadas antes de 1945, e encolheram-se ainda mais com a revolução nuclear. No “mundo louco” que as armas nucleares criaram, eles quase desaparecem.

Quarto - *os Estados modernos recorrentemente acreditaram que a estrutura do poder era maligna*. Assim, muitas vezes eles julgaram erroneamente que o lado que adotasse o primeiro movimento obteria uma grande vantagem e obteria grandes janelas de oportunidade; que a acumulação de recursos era elevada; e que a conquista seria fácil para si ou para seus adversários. Grande quantidade das guerras modernas floresceu a partir dessas falácias. Muitas guerras modernas foram guerras de ilusões, travadas por Estados atraídos para a guerra por equívocos na avaliação da realidade do poder internacional. (VAN EVERA, 1999, p. 255 a 258).

De fato, VAN EVERA (1999) adota e suporta as teorias acima que se enquadram no paradigma Realista⁹. Para ele o Realismo oferece fortes explicações e soluções viáveis para a guerra, contudo, critica os realistas em geral, porque eles têm

⁹ A teoria Realista nas relações internacionais reivindica um caráter objetivo, empírico e pragmático, nesse paradigma o Estado é colocado no centro das discussões, pois se considera que o Estado é o ator principal das relações entre os países.

desviado sua atenção para as teorias mais fracas do realismo de guerra e não investem nas teorias mais fortes. Dessa forma, para VAN EVERA (1999) os realistas concentraram suas teorias nos efeitos da estrutura bruta do poder, isto é, na distribuição de recursos agregados. Consequentemente, eles se ocuparam longamente no impacto da estrutura bipolar ou multipolar do poder internacional e na distribuição igual ou desigual do poder entre os Estados. Desta forma, desprezaram as estruturas mais refinadas do poder (incluindo o tamanho das vantagens e oportunidades do primeiro movimento, o grau de recursos acumulados e a facilidade de conquista) que tem muito mais efeito sobre o risco de guerra. Para ele, o realismo torna-se muito mais forte quando inclui estas estruturas refinadas e suas percepções.

2.2.2 Causas das Guerras Internas

Desde o início da Idade Moderna houve um incremento significativo no número de conflitos internos entre os países. Conforme WELZER (2010), “ O maior número das guerras travadas desde 1945 foi de guerras civis pós-coloniais ou de caráter revolucionário; apenas um quarto do total se enquadra no tipo clássico das guerras entre estados beligerantes”.(WELZER, 2010, p.136). Entre as causas dessas guerras civis estão normalmente razões de cunho social ou político. Um exemplo de conflito armado interno, que se tornou paradigma foi a luta dos franceses pela conquista dos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” durante a Revolução Francesa (1789-1799).

LIDER (1987) afirma que “O estudo da guerra era tradicionalmente restrito a conflitos entre potências soberanas e ignorava revoluções sem projeção e outros conflitos envolvendo uma unidade soberana” (LIDER,1987, p.91), ele acrescenta que a “*noção de guerra interna aparece com mais frequência em estudos recentes*” (LIDER,1987, p.91), mas que todavia, o foco permanece nas guerras externas.

O ponto de partida do estudo das guerras internas seria “a definição geral da guerra como continuação e instrumento da política, por meios violentos” (LIDER,1987, p.91). No entanto, enquanto o objetivo geral das guerras externas seria a proteção de algum objetivo nacional, os objetivos políticos das guerras internas seriam usualmente: sócio-políticos, nacionais ou étnicos. São exemplos de causas de conflitos internos:

(a) Afastamento de certos indivíduos de altos cargos políticos (golpe de estado), (b) alterações no sistema de autoridade política e, em consequência, no processo decisório, (c) mudança na estrutura socioeconômica da sociedade (por exemplo, revolução socialista), (d) obtenção de autonomia local para uma minoria nacional (ou religiosa etc.), obtenção de autodeterminação de um domínio colonial ou incorporação a um outro estado. (LIDER,1987, p.92).

Observa-se que entre os motivos citados por LIDER(1987) não estão razões de cunho econômico, assim sendo não está incluída como causa a luta por recursos naturais. Isso, vem ao encontro da opinião de BLAINEY (2014) de que:

...com o fim da Guerra Fria, questões como alterações do clima e aquecimento global passaram a ser os mais graves medos internacionais, e a antiga teoria da Guerra reapareceu. O que aconteceria, se água e comida se tornassem escassa em algumas regiões mais populosas do mundo? Cientistas e economistas responderam prontamente: as próximas guerras seriam travadas por causa de água. (BLAINEY,2014, p. 119).

Constata-se que a “obtenção de autodeterminação de um domínio colonial ou incorporação a um outro estado” foi citada por LIDER (1987). Certamente esta parece ser a principal causa de conflitos internos ou guerra civis na primeira metade do século XIX na América. Verifica-se que as lutas pela independência no “novo continente” começaram no fim do século anterior com a luta iniciada em 1775 nas 13 colônias inglesas na América do Norte contra a opressão da metrópole e que culminou com a declaração da independência dos Estados Unidos da América em 1776. Esse fato histórico serviu de exemplo para as demais colônias das potências europeias no continente americano. Foi um “efeito dominó de onde emergiram praticamente todos os países americanos na primeira metade do século XIX. Interessante ressaltar que alguns autores não consideram as guerras empreendidas por libertação nacional como conflitos internos e sim como guerras externas, neste trabalho são considerados conflitos internos.

Com efeito, na América do Sul as guerras pela independência foram na maior parte das vezes um processo violento e resultaram da luta pelo poder entre os colonizadores e as elites locais. Exceção foi a colônia portuguesa, libertada mediante o que hoje alguns poderiam chamar de “golpe de estado” pelo próprio príncipe herdeiro de Portugal, Dom Pedro de Alcântara (filho do rei de Portugal Dom João VI), o qual em 1831 abdicou ao trono brasileiro e voltou a sua terra natal, para ser coroado rei daquele país europeu. Percebe-se que, mesmo no Brasil, houve conflito armado

de consideráveis proporções para a consolidação da independência, uma guerra interna entre os favoráveis à independência e tropas portuguesas que durou de 1822 a 1825¹⁰.

No século XIX, conflitos internos ocorreram em praticamente todos os países das Américas, incluindo o Império do Brasil, sendo a principal causa desses conflitos a luta pela melhoria das condições de vida das populações de determinadas regiões marginalizadas ou a busca do poder ou autonomia por parte de elites locais, insatisfeitas com o poder central nos novos países. Nos Quadros 4 e 5 estão listados os principais conflitos internos brasileiros ocorridos durante o Império (1822-1889) e na República, no século XIX, entre 1889 e 1900. Constata-se que não há indícios de que a luta por recursos tenha sido causa importante desses conflitos, exceção da Revolução Farroupilha, pois considerando a carne bovina um recurso natural, a questão dos elevados impostos sobre o charque (principal produto regional), que estrangulava a economia da região, é normalmente apontada como causa do conflito.

Nome do conflito	Descrição	Localização	Ano
Confederação do Equador	Revolta separatista	Nordeste	1823-1824
Guerra da Cisplatina	Brasil contra Argentina e rebeldes uruguaios	Província Cisplatina	1825-1828
Cabanada	Insurreição popular	Pernambuco e Alagoas	1832-1835
Cabanagem	Insurreição popular	Pará	1835-1840
Revolução Farroupilha	Revolta separatista e Republicana	Rio Grande do Sul	1835-1845
Sabinada	Insurreição popular	Bahia	1837-1838
Balaçada	Insurreição popular	Maranhão	1838-1841
Revoltas Liberais	Revolta	São Paulo e Minas Gerais	1842
Insurreição Praieira	Revolta Liberal e Republicana	Pernambuco	1848-1850

Quadro 4 - Principais conflitos internos brasileiros durante o Império (1822-1889)

Fonte: o autor

Nome do conflito	Descrição	Localização	Ano
Revolução Federalista	Guerra civil	Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná	1893-1894
Revolta da Armada	Revolta militar	Rio de Janeiro	1894
Guerra de Canudos	Insurreição popular-messiânica	Bahia	1896-1897

Quadro 5 - Principais conflitos internos no período Republicano no século XIX

Fonte: o autor

¹⁰ A chamada Guerra da Independência durou até 1825. Em 29 de agosto de 1825 foi assinado o Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal, quando enfim Portugal reconheceu a independência de sua ex-colônia.

Ainda no século XIX eclodiu um dos maiores conflitos internos já ocorridos na história moderna, a chamada Guerra Civil Americana ou Guerra da Secessão¹¹ (1861-1865), segundo MARTIN (2006) uma linha de interpretação atribui a essa guerra a causa de conflito social, “opondo classes sociais antagônicas em torno da questão da escravatura” (MARTIN,2006, p.219). Para alguns autores a questão da escravatura tem enfoque econômico, pois a abolição desejada pelos nortistas significava grande prejuízo para os fazendeiros sulistas. Distingue-se que para ARON (1979) “Quando os homens são escravos, isto é, quando são tratados como objetos, eles fazem parte dos recursos de um país” (ARON, 1979, p.251), se desta maneira for considerada a questão da abolição, a luta dos sulistas pela manutenção do direito de possuir escravos pode ser considerada, observadas as condições da época, um tipo de luta por recursos.

Por sua vez, o século XX foi marcado por grandes guerras civis e revoltas populares particularmente decorrentes da emergência mundial do Marxismo. O primeiro país a adotar o sistema socialista foi o antigo Império Russo, que ruiu quando teve êxito a chamada Revolução de Outubro ou Revolução Bolchevique com a ascensão ao poder de Vladimir Lenin em 1917. Com a chegada dos comunistas ao poder, o conflito interno na Rússia se ampliou e continuou até 1922 com a consolidação do novo regime e o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A partir desse marco, houve um rápido processo de expansão mundial da ideologia marxista-leninista mediante um já atuante “Movimento Comunista Internacional” (MCI). Essa causa político-ideológica foi o estopim para dezenas de conflitos internos e externos ao redor do globo, muitos dos quais financiados pela URSS, com destaque para as vitórias comunistas nas guerras revolucionárias na China (1949), Cuba (1960) e na Guerra do Vietnã (1975).

Na América do Sul, objeto de nosso estudo, as revoltas de cunho socialista se expandiram rapidamente por diversos países, sendo esse o principal motivo dos conflitos armados no subcontinente no século XX. Importante dizer que em determinadas ocasiões surgiram grupos armados não-governamentais que se opunham a ideologia socialista e lutavam contra os grupos pertencentes ao MCI, como

¹¹ A Guerra Civil Americana, também conhecida como Guerra de Secessão ou Guerra Civil dos Estados Unidos. O conflito teve sua origem na controversa questão da escravidão. As potências estrangeiras não intervieram na época. Após quatro anos de sangrentos combates que deixaram mais de 600 mil americanos mortos e destruíram grande parte da infraestrutura do sul do país.

por exemplo os grupos paramilitares de direita da Colômbia, com destaque para as “Autodefesas Unidas da Colômbia”¹² e as “Rondas Campesinas” no Peru, estas últimas surgidas para defender os habitantes das comunidades rurais do Peru das ações dos guerrilheiros comunista. Também é significativa, particularmente pela sua intensidade e consequências, o número de rebeliões contra os governos centrais, promovidos por grupos militares de direita, como é o caso no Paraguai em 1954 e no Chile em 1973.

O Quadro 6 apresenta o resumo dos conflitos deste tipo no subcontinente a partir de 1946, resumo elaborado a partir de dados disponíveis pelo *Uppsala Conflict Data Program (UCDP)*.

Verifica-se que o UCDP registra somente conflitos que tiveram mais de 25 vítimas fatais em uma mesmo ano, portanto os embates de pequena intensidade como os ocorridos no Brasil entre os grupos comunistas e o governo nas décadas de 1960 e 1970 não são levados em conta nos relatórios da Universidade de Uppsala, pois não se enquadram nos critérios científicos adotados pela instituição, por certo os conflitos no Brasil não chegam nem a ser classificados na categoria de “conflito de menor intensidade” pelo UCDP¹³.

País	Grupo Armado não-estatal	Ano	Outros grupos que atuaram durante o período
Bolívia	Movimento Popular revolucionário	1946	
Paraguai	Coalizão de Oposição (Febreristas, Liberais e Comunistas)	1947	
Bolívia	MNR	1952	
Paraguai	Facção Militar (forças de Alfredo Stroessner)	1954	
Argentina	Facção Militar (forças de Eduardo A. Lonardi Doucet), Facção Militar (forças de Samuel Toranzo Calderón)	1955	
Venezuela	Facção Militar (marinha)	1962	
Argentina	Facção Militar (colorados)	1963	
Colômbia	FARC	1964-2016	ELN, EPL, M-19
Peru	ELN, MIR	1965	
Bolívia	ELN	1967	
Uruguai	MLN/Tupamaros	1972	

¹² As Autodefesas Unidas da Colômbia (em castelhano Autodefensas Unidas de Colômbia, AUC) já foram o principal grupo paramilitar de extrema-direita da Colômbia.

¹³ O UCDP classifica os conflitos em dois níveis de intensidade: 1. Menor entre 25 e 999 mortes relatadas em combate em um determinado ano. 2. Guerra ao menos 1000 mortes relatadas em combate em um determinado ano.

Chile	Facção Militar (forças de Augusto Pinochet, Toribio Merino e Leigh Guzman)	1973	
Argentina	ERP, Montoneros	1974-1977	Montoneros - 1975 e 1977
Venezuela	Bandera Roja	1982	
Peru	Sendero Luminoso	1982-1999	MRTA - 1989 e 1993
Suriname	SLA	1987	
Paraguai	Facção Militar (forças de Andrés Rodríguez)	1989	
Venezuela	Facção Militar (forças de Hugo Chávez)	1992	
Peru	Sendero Luminoso	2007-2010	

Quadro 6 - Resumo dos conflitos internos na América do Sul a partir de 1946

Fonte: dados disponíveis em Uppsala Conflict Data Program (UCDP)

Outra interessante peculiaridade dos conflitos revolucionários sul-americanos é a diversidade de grupos armados que por vezes atuaram paralelamente dentro de um mesmo país. Tal característica dificulta a síntese dos dados do Quadro 6, pois durante conflitos muitos extensos, como por exemplo na Colômbia, três grupos armados (ELN, M-19, EPL) atuaram ao mesmo tempo em que as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) operavam contra o governo entre os anos de 1963 e 2016. O estudo dos conflitos internos no século XX também revela outras importantes causas:

- o processo de **descolonização da África** após a 2ª Guerra Mundial e a consequente luta pelo poder dos grupos internos que pretendiam a implantação do socialismo na nova nação, como aconteceu em alguns países como por exemplo em Angola e Moçambique,

- **conflitos étnicos** como o ocorrido entre os “hutus” e os “tutsis” em Ruanda no ano de 1994, que resultou em genocídio de grande parte da população “tutsi”,

- o **desmembramento das repúblicas satélites** após o colapso da URSS, sendo o mais significativo exemplo a desintegração da antiga Iugoslávia entre os anos de 1989 e 1991, que provocou violentos conflitos internos e o surgimento de 6 países atualmente reconhecidos pela ONU (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro, Macedônia, Sérvia e Eslovênia),

- **motivos religiosos** como os surgidos da implantação do fundamentalismo religiosos em países como o Irã e o Afeganistão ou luta pela hegemonia de determinado grupo religioso como é o caso dos numerosos conflitos entre muçulmanos xiitas e sunitas em diversos países do Oriente Médio. Igualmente é o caso das lutas entre protestantes e católicos na Irlanda, entre outros.

Percebe-se que no breve histórico acima não foram tratados de conflitos internos gerados pela disputa por recursos naturais ou fontes de energia. Observa-se, assim, uma tendência de aumento da incidência desse tipo de conflito somente após o fim da Guerra Fria e a emergência das mudanças climáticas.

Um exemplo desse tipo de guerra civil é o conflito em Darfur, província do Sudão ocidental, considerado por WELZER (2010) como a primeira guerra climática. WELZER (2010) diz que o conflito, iniciado em 2003, teria origem remota na antiga disputa entre as duas principais etnias (camponeses sedentários – “africanos” - e pastores nômades – “árabes”) que dividiam a região. Ele afirma que o ponto de partida para o conflito foram as variações climáticas que reduziram drasticamente as precipitações pluviométricas na área na década anterior. Devido à seca prolongada, os pastores nômades, com o apoio do governo sudanês, buscaram terras para apascentar os rebanhos na parte ocupada pelos “africanos”, o que provocou a guerra. Nota-se que é um tipo clássico de guerra por recursos causada pela escassez de recursos naturais, no caso de água e terras férteis provocada pelas mudanças climáticas. A luta por recursos naturais como causas de conflitos será melhor explorada na próxima seção.

2.2.3 Causas das Guerra por Recursos

O tratamento específico do tema Guerras por Recursos requer o estudo de alguns aspectos afins, com a finalidade de se atingir os objetivos propostos.

Como anteriormente consignado, a Doutrina de Defesa não trata das causas das guerras em geral e muito menos das causas da Guerras por Recursos, que são conflitos em que grupos políticos disputam bens de valor econômico. De fato, as Guerras por Recursos podem ser tipificadas como guerras causadas por motivos econômicos e as são definidas neste trabalho como o **“emprego da força por grupos políticos para a resolução de um conflito causado pela busca da conquista ou manutenção de recursos naturais e energéticos e decorrentes da escassez ou valor econômico ou estratégico desses bens.”**

Nota-se que a classificação de um conflito armado, como uma Guerra por Recursos não exclui o enquadramento da mesma em outras tipificações. Assim, por

exemplo, uma Guerra por Recursos pode ser tanto um conflito interno quanto externo, ou se enquadrar na tipificação utilizada pelo UCDDP da Universidade de Uppsala.

Para LE BILLON (2004) a definição usual de uma guerra de recursos é a de um conflito armado travado para controlar um valioso recurso natural. Sem embargo, ele afirma que enquanto o controle de recursos pode ser o principal fator de condução de um conflito, guerras são demasiado complexas para serem atribuídas a uma única motivação a desta maneira em alguns de seus estudos, particularmente no estudo da Guerra Civil Angolana (conflito interno) ele utiliza o termo “Guerra dos recursos” de forma mais ampla para definir um conflito armado em que o controle e as receitas dos recursos naturais estão significativamente envolvidas na economia do conflito e/ou as motivações dos beligerantes. (LE BILLON, 2004, p. 22)

LE BILLON (2004) também procura explicar os vínculos entre recursos naturais e as guerras ao afirmar que quando os investigadores estudam as Guerras por Recursos tendem a argumentar que esses *conflitos ocorrem ou por necessidade ou por ganância*. Desta maneira a maioria dos pesquisadores concentraram a sua atenção na *necessidade*, com a visão de que os conflitos estão relacionados com a escassez de recursos. Em contrapartida outro conjunto de estudiosos concentraram-se na *ganância* e argumentam que a abundância de recursos em determinado local aumenta a probabilidade de conflito.

Os primeiros defendem que os *"escassos de recursos significam mais conflitos"*, pois as pessoas vão lutar entre si pelos recursos de que necessitam para sobreviver. Está justificativa malthusiana, ganha voz atualmente quando a preocupação com o meio-ambiente é elevada na agenda internacional e a degradação e esgotamento de recursos renováveis, aliados ao crescimento populacional, motivam a corrida por recursos por parte de grupos poderosos. São exemplos a apropriação de terras irrigáveis na fronteira Senegal/Mauritânia e de áreas de pastoreio no Sudão associadas a um deslocamento de populações locais a terras marginais. (LE BILLON, 2004, p.22).

Os pesquisadores preocupados com a “ganância” afirmam que *"recursos abundantes são sinônimo de mais conflitos"*, o que significa que quando a riqueza depende do Estado ou do controle territorial, grupos que competem irão recorrer à não-cooperação ou à violência para controlar as receitas. Aqui uma abordagem mais sofisticada leva à conclusão que a abundância de recursos pode resultar em menos

democracia, baixo crescimento econômico e comportamento ganancioso por parte das elites concorrentes (LE BILLON, 2004, p.22).

O interessante e atual trabalho de LE BILLON (2004) acerca das “guerras por recursos” também ajuda a explicar a origem de muitos conflitos armados internos na medida em que os lucros obtidos com a exploração dos recursos naturais permite a criação e a sustentação de grupos armados com grande poder. Nesse caso, os conflitos por recursos tem como objetivo garantir o controle do Estado ou separar parte deste (secessão).

Ele ainda alega que a abundancia local de recursos naturais globalmente escassos pode gerar conflitos. Um exemplo desse tipo de influência ocorreu em Angola, onde a abundancia local de diamantes, mundialmente escassos e valorizados, ajudou a alimentar a Guerra Civil que durou de 1974 até 2002.

LE BILLION (2004) também demonstra que muitos conflitos internos envolvem a intervenção estrangeira:

Finalmente, a abundância de recursos naturais pode motivar **intervenções estrangeiras**. Governo estrangeiros, os políticos do próprio país, corporações privadas e mercenários podem unir-se como uma coalizão para atender seus interesses. Estas intervenções podem assumir a forma de apoio a um golpe de estado e fraude eleitoral, suporte a insurreição local ou anexação pela força militar. Na maioria dos casos, as potências estrangeiras e os associados comerciais ocultam as agendas geopolíticas e comerciais que motivam essa intromissão pela necessidade de restabelecer a "ordem e a estabilidade", se não a democracia e o direito internacional. Em muitos casos, tal "ordem e estabilidade" refere-se a uma relação de dependência que beneficia a elite dominante e os interesses estrangeiros. (LE BILLON, 2004, p. 28 e 29) [a tradução é o destaque são nossos].

Ele cita como exemplos de intervenção estrangeira ligada à exploração de abundantes recursos naturais, entre outras, a invasão militar do Kuwait pelo Iraque e a conseqüente Guerra do Golfo (1991) e a longa e sangrenta Guerra Civil no Congo.

LE BILLION (2004) também destaca:

O papel do setor privado nas guerras de recursos é crucial, pois os beligerantes dependem de sua capacidade de explorar e/ou comercializar os recursos locais. Uma grande variedade de atores comerciais estrangeiros pode intervir no conflito, trabalhadores migrantes, contrabandistas individuais, empresas que vão desde pequenas empresas de países vizinhos até grandes empresas transnacionais. A intervenção desses atores pode variar desde sua participação como intermediários comerciais até a realização de

operações totalmente integradas, incluindo apoio político e a aquisições de armas, bem como o emprego de mercenários ou empresas militares privadas, o que tornou-se generalizado em países ricos instáveis e em minerais, particularmente na África. (LE BILLON, 2004, p. 29) [a tradução é nossa].

Para WRIGHT (1988) os estudiosos atribuem sentidos diferentes às causas das guerras pelo fato de possuírem pontos de vista distintos (WRIGHT, 1988, p.87). Das ideias de WRIGHT acerca desses pontos de vista, já apresentados no Quadro 3 – (Pontos de vistas distintos sobre as causas de guerra), é possível extrair que todos os “tipos de pesquisadores” consideram o conflito por recursos como causas de guerra, de forma que:

a. *segundo o pensamento dos cientistas*: a dificuldade de organização do poder político de forma que possa manter a ordem numa sociedade Universal, sem ser ameaçada por outras sociedades, é causa de guerras. Nesse paradigma se enquadra a disputa por recursos essenciais, como a água potável e terras agricultáveis, cuja falta ameaça não apenas a coesão e organização de um grupo político ou Estado como a própria sobrevivência de seus membros;

b. *conforme o pensamento dos historiadores*: “interesses políticos e econômicos” são causas de guerras. A posse de fontes de recursos naturais e energia ensejam não somente aspectos econômicos, mas também são fontes de poder político para seus detentores;

c. *de acordo com o pensamento dos políticos, publicistas e juristas*: os homens e governos lutam em quatro situações, entre as quais duas delas, abaixo explicadas, são de interesse no estudo das guerras por recursos;

- “quando se encontram em situações em que acreditam que devam combater ou então deixarão de existir, e, portanto, lutam por necessidade”. Fato bem caracterizado quando há conflito pela posse ou acesso a recursos essenciais, como a água potável.

- “quando desejam alguma coisa - riqueza, poder, solidariedade social - e não conseguem obter sem o uso da força”. Riqueza, poder e solidariedade são subjacentes à posse de fontes de recursos naturais e energia e, portanto, bens passíveis de conflito pela sua exploração.

Contudo, mesmo sendo possível inferir as considerações acima do pensamento de diferentes profissionais, observa-se que WRIGHT (1988) apresenta argumentos diferentes em relação a esse tipo de conflito armado, quando analisa a

posição das diferentes escolas de econômicas. De tal modo, é preciso atentar à leitura do capítulo XVII (A utilização de recursos e a guerra) de seu livro. Nessa parte, ele escreve que:

Um povo não pode subsistir se não puder conseguir os meios de sobrevivência. A natureza não proporciona todos os meios de vida com a abundância ilimitada por toda a parte. Destas duas proposições pode-se inferir que a luta entre povos pelos recursos limitados proporcionados pela natureza inevitavelmente conduz à guerra. (WRIGHT, 1988, p.255).

Aparentemente WRIGHT (1988) reforça a ideia das Guerras por Recursos, porém ele continua:

Esta teoria sobre a causa das guerras em geral é chamada de econômica porque se vale de argumentos racionais e de condições naturais. Os economistas, entretanto, via de regra rejeitam esta teoria. Diferem as posições das diversas escolas econômicas. (WRIGHT, 1988, p.255).

Neste ponto, WRIGHT (1988) explica que não se pode considerar totalmente válida essa “teoria econômica” pelos seguintes motivos:

- a. a luta por recursos nem sempre conduz a conflitos;
- b. as Nações-Estados e os grupos dominantes na história moderna competem mais pelo poder do que pelo bem-estar de seus povos, dessa forma, não travariam lutas por “recursos para atender à necessidade de indivíduos”; e
- c. é relativo afirmar que determinado recurso natural é limitado, pois com as atuais condições de comunicações e transporte quase não há problemas para a obtenção de todos os tipos de recursos naturais pelos Estados. De fato, os limites para a aquisição dos recursos naturais não devem mais ser medidos por aquilo que pode ser conseguido pela utilização monopolística de determinada área de exploração e sim pelo que é possível ser obtido pelo sistema mundial de produção.

WRIGHT (1988) então concentra sua argumentação na divergência entre os pensamentos econômicos acerca das causas da guerra, basicamente analisando-as na visão dos sistemas capitalista e socialista, de onde conclui:

Pode-se concluir que embora tanto o capitalismo como o socialismo reivindicam a primazia de ser a modalidade mais pacífica da economia dos povos civilizados, as dificuldades do capitalismo, com as depressões e com a ganância de lucro, e do socialismo, com as opressões e a ineficiência, a subordinação de ambos ao nacionalismo

e a incapacidade dos dois e manter uma consciência ética no mundo de interdependência econômica e política, tanto o sistema quanto o outro conduzem aos conflitos armados. Em países tecnologicamente avançados tentou se implantar economias mistas, fazendo convergir os dois sistemas e buscando encontrar objetivos internacionais. (WRIGHT, 1988, p.272).

Cumprir recordar que WRIGHT (1988) escreveu sua obra no auge da Guerra Fria, tendo disso seu livro¹⁴ publicado no Brasil em 1988, às vésperas, portanto, do colapso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do fim do conflito dos Estados Unidos com essa potência.

Das observações de WRIGHT (1988) pode-se inferir que a eclosão de uma Guerra por Recursos depende não somente da relação entre a necessidade e a disponibilidade do recurso natural ou da fonte de energia, mas também da importância que o Estado ou determinado grupo político dá à satisfação dessa necessidade e do quanto esse objetivo altera a percepção do poder ou interfere na organização da sociedade do Estado ou do grupo, além da possibilidade de obtenção do recurso por outro meio diferente que não a luta armada, como por exemplo pelo comércio.

É mais provável, portanto, que um país entre em conflito com outro por causa da manutenção do equilíbrio de poder do que por uma área agricultável ou uma fonte de água potável. Constata-se que nesse caso, tratam-se de conflitos externos, envolvendo Estados soberanos, e nem sempre essa lógica é válida para as Guerras Civis ou Conflitos Internos e sua multiplicidade de atores, nas quais populações locais podem prescindir de forma imediata de recurso para sobrevivência e é comum que determinado recurso natural seja importante para financiar determinado grupo armado, como explicado por LE BILLON (2004).

Cabe ressaltar que as teses de LE BILLON (2004) e WRIGHT (1988) se complementam, uma procurando explorar a eclosão de conflitos internos e outra as guerras externas, porém em ambas envolvendo a lógica capitalista das guerras por recursos causadas pela “ganância” quando há excesso de recursos valiosos em determinado local e a lógica socialista de que esse tipo de conflito ocorre quando a “necessidade” decorrente escassez local ou momentânea obriga que as pessoas lutem pela sobrevivência.

A ideia de que no século XXI haverá novamente guerras causadas por motivo de disputa por recursos naturais, mesmo não sendo nova, ganhou força após a

14 WRIGHT, QUINCY. A Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988

derrocada da antiga União Soviética e o fim da Guerra Fria, da emergência das alterações do clima e das evidências do aquecimento global e do recrudescimento dos conflitos internos e guerras entre países “falidos”.

BLAINEY (2014) explica que:

O conflito entre capitalismo e comunismo não apenas absorveu Lenin, mas também dominou boa parte do século 20. As duas ideologias eram vistas pelos respectivos opositores como a causa principal da guerra. Essa visão refletia a tradicional ênfase em propósitos e motivos, como a forma mais convincente de explicar as guerras. Depois de 1991, com o fim da Guerra Fria, **questões como alterações do clima e aquecimento global passaram a ser os mais graves medos internacionais, e a antiga teoria da Guerra reapareceu. O que aconteceria, se água e comida se tornassem escassa em algumas regiões mais populosas do mundo? Cientistas e economistas responderam prontamente: as próximas guerras seriam travadas por causa de água.** Ou de comida”. Segundo se diz, o conflito da região de Darfur, no Sudão, em 2003, que causou um número de mortos estimado Em 200 mil e trezentos mil, por ferimentos ou fome começou com uma disputa pela água, insuficiente na mesma região da mesma forma, sir Nicholas Stern, economista britânico que em 2006 elaborou para o governo Inglês um longo relatório intitulado “The Economics of Climate Change” (“a economia da mudança climática”, em tradução literal, também já tinha advertido que o aquecimento global aumentar as chances de guerra. Como quatro de cada dez pessoas no mundo vivem em nações que dividem com outras o rio ou a bacia hidrográfica, essa teoria parecia a fazer sentido. (BLAINEY,2014,p.145).[o destaque é nosso]

Entretanto, BLAINEY (2014) contesta a ideia de que a causa seria a luta por recursos, dizendo que “se o aquecimento global realmente tiver efeitos graves sobre a oferta de comida, é provável que aumente o número de disputas e conflitos internacionais” e que “em termos gerais, deve ser classificada como uma teoria sobre conflito e rivalidade, e não sobre guerra”. Assim sendo para ele essa teoria tem muito mais apelo popular do que merece. (BLAINEY,2014, p.145 e 146).

MICHAEL KLARE é autor de numerosos artigos e de dois livros importantes sobre as Guerras por Recurso, *Resource Wars* (2001) e *Blood and Oil* (2004). Esse autor, conforme FUSER (2008), foi quem descreveu de modo mais sistemático o papel dos recursos energéticos como fator de guerra entre grandes potências econômicas e militares. FUSER (2008) explica que KLARE desenvolveu uma linha de explicação para justificar como a maior causa de conflitos na nossa época seria a disputa por recursos naturais cada vez mais escassos. Na visão de KLARE, o conflito por recursos é demonstrada pela história e seria atualmente uma “*tendência universal*” na medida

em que a demanda, intensificada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico, ultrapassa cada vez mais a capacidade da natureza de fornecer os materiais essenciais para a vida moderna. Nesse sentido, três tendências seriam decisivas no processo de esgotamento dos recursos naturais mais importantes:

- 1) a **globalização**, que inclui entre seus efeitos a industrialização acelerada do Leste da Ásia, causando um aumento dramático do consumo de energia, e o surgimento, em várias partes do mundo, de uma classe média emergente que tenta reproduzir o estilo de vida europeu-ocidental e norte-americano, baseado no uso intenso de matérias-primas e, em especial, da adoção do carro de passeio como símbolo do sucesso pessoal;
- 2) o **crescimento populacional**, que adiciona novos fatores de pressão sobre os recursos naturais;
- 3) a **urbanização**, com um efeito especial sobre a água, em que o aumento da demanda para uso doméstico e para o sistema sanitário se agrava com a poluição causada pelos detritos lançados nos rios e nos lagos. (FUSER, 2008, p.12).[o destaque é nosso]

Segundo FUSER (2008) “Os teóricos da *guerra por recursos* acreditam que as forças de mercado, sozinhas, são incapazes de resolver o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por recursos naturais, o que pode levar alguns Estados a buscar suas metas por meio da força ou da ameaça da força”. (FUSER, 2008, p.12). Para confirmar sua tese ele cita KLARE:

... o valor crescente de matérias-primas como o petróleo, aliado ao papel que desempenham no funcionamento da economia e dos aparatos militares, faz com que sejam consideradas como bens de interesse vital por muitos Estados, especialmente pelas grandes potências. O risco de ruptura do suprimento é encarado por esses Estados como uma ameaça à segurança nacional, cuja prevenção pode justificar intervenções militares e até mesmo a guerra em grande escala. (FUSER, 2008, p.13)

FUSER (2008) igualmente cita GLEICK (2000) que em um artigo redigido em parceria com ANNE EHRLICH e KEN CONCA, aponta quatro condições que influem na probabilidade de recursos naturais se tornarem objetivo de ação política ou militar:

- 1) o **grau de escassez** (os recursos se distribuem pelo mundo de uma forma desigual e fatores humanos como a densidade populacional ou

o desenvolvimento industrial intenso podem criar situações de escassez “relativa”),

2) a **medida em que o suprimento é compartilhado por dois ou mais grupos** (quando a base de recursos se estende sobre uma fronteira entre dois países, a discórdia sobre a localização ou o uso dos recursos é mais provável, como se viu na disputa que culminou na invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990),

3) o **poder relativo desses grupos** (se há grandes disparidades de força econômica ou militar entre as partes envolvidas, as atitudes unilaterais são mais prováveis), e

4) a **facilidade de acesso a fontes alternativas** (como os conflitos trazem altos custos econômicos, sociais e políticos, eles têm boas chances de ser evitados caso se encontrem substitutos aceitáveis para os recursos em disputa).(FUSER, 2008, p.13 e 14)[o destaque é nosso].

Sobre o tema das guerras por recursos ainda se encontra a teoria de ROSS (2003, 2004), o qual propõe a associação entre recursos naturais e conflitos políticos. Para ele há que se observar que o recurso natural nunca é a causa isolada de um conflito, pois geralmente eles são envolvidos em estruturas sociais complexas, que envolvem pobreza, conflitos étnico-religiosos e governo instável.

ROSS (2003, 2004) também apresenta o que ficou conhecido como a “*maldição dos recursos naturais*”. De acordo com essa teoria seria de que há uma relação inversa entre a abundância de recursos naturais (como o petróleo, minérios, água etc.) e o desenvolvimento de um país, sob a seguinte explicação: quando um país tem em abundância um recurso natural, ele tende a explorá-lo e concentrar suas atividades socioeconômicas em torno dele, logo, a falta de uma economia diversificada impacta negativamente o crescimento econômico, os indicadores sociais e o desenvolvimento institucional daquele país. (ROSS, 2004, apud PFRIMER e col.,2016)

Outro aspecto importante da obra de ROSS (2004) é a classificação da natureza dos recursos naturais segundo três parâmetros, os quais estariam associados à probabilidade de ocorrência de conflitos armados e seu financiamento:

... saqueabilidade (*lootability*), legalidade (*legality*) e capacidade de obstrução (*obstructibility*). Segundo esse autor, recursos legais, fáceis de serem saqueados e de terem seu transporte obstruído por indivíduos ou grupos armados, se tornam propulsores do desencadeamento de conflitos armados, e se relacionam com o financiamento dos mesmos (ROSS, 2003, apud PFRIMER, 2016).

ACEMOGLU e col. (2011) desenvolvem teoria acerca da dinâmica da guerra por recursos e as condições para os conflitos armados. Para eles a guerra por recursos surge quando não há elasticidade da demanda. Assim:

a. No caso da procura de recursos inelásticos, os incentivos para a guerra aumentam ao longo do tempo e a guerra pode tornar-se inevitável.

b. Em algumas situações, a regulação dos preços e das quantidades pelo país rico que possui os recursos em disputa pode impedir a guerra.

c. O compromisso limitado e frágil entre os países implica que a regulamentação dos preços e das quantidades pode precipitar, em algumas circunstâncias, a guerra, que não teriam surgido com mercados competitivos.

Percebe-se que em síntese, que a guerra teria como causa o não atendimento de uma demanda (falta de regulação de preços e quantidades disponíveis) e a falta de “acordo” entre um Estado fornecedor de determinado recurso natural necessário a outro Estado.

Existem, ainda, outras teorias sobre o tema, entre elas uma que se refere às chamadas “novas ameaças”, entre as quais estão o terrorismo e o crime organizado, no qual se insere o narcotráfico.

3. GUERRAS E ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Desde a fragmentação da América Espanhola no início do século XIX até o fim do século XX observa-se um número decrescente de guerras entre os países sul-americanos. Tal fato se deve, particularmente, ao estabelecimento das fronteiras com base em acordos diplomáticos e a constituição dos estados soberanos logo após a independência das colônias ainda no século XIX.

Em resumo, para MITRE (2010) constata-se que:

... a divisão política da América Latina é hoje substantivamente a mesma que se materializou uma vez terminadas as guerras de Independência. Dos vinte países existentes na atualidade, dezoito se constituíram como Estados soberanos na primeira metade do século XIX, Cuba se libertou da Espanha em 1899, e o Panamá se desprendeu da Colômbia em 1903. (MITRE,2010)

MITRE (2010) desenha de forma sintética o quadro geral dos conflitos armados externos envolvendo países latino americanos:

Com efeito, dos 42 conflitos armados que ocorreram na América Latina no século XIX, só 7 o foram entre países da região, 25 referem-se a incursões de tropas ou guerras realizadas pelos Estados Unidos, e outros 10 a intervenções ou enfrentamentos armados iniciados por países europeus (anexo 2)¹⁵ [*nota de rodapé é nossa*]. Sem embargo, quando se amplia o marco temporal e se contabilizam apenas os conflitos qualificados como guerras internacionais *stricto sensu* – portanto, sem incluir aquelas que fizeram parte do processo de emergência dos Estados, nem os bloqueios ou as numerosas intervenções norte-americanas na América Central e no Caribe – verifica-se, então, que houve na América Latina, ao longo dos séculos XIX e XX, um total de 23 contendidas bélicas, das quais 11 envolveram potências estrangeiras contra países da região: os Estados Unidos participaram de duas, contra o México e contra a Espanha, os países europeus em sete ocasiões, das quais quatro foram promovidas pela Espanha na tentativa de retomar ou preservar suas colônias, uma pela França, outra por uma aliança de países europeus e, no único acontecimento desse tipo no século XX, a Inglaterra enfrentou a Argentina nas Malvinas. **Ao longo desses dois séculos, o número de guerras entre países latino-americanos foi de 12: sete aconteceram, no século XIX, e cinco no século XX** e, de todas elas, só três podem ser consideradas grandes, em função da participação de exércitos convencionais, impacto territorial, tempo de duração e número de vítimas: a da Tríplice Aliança, a Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco, a única de magnitude considerável na passada centúria. (MITRE,2010)

¹⁵ Quadro não incluído neste trabalho.

Com base no trabalho de MITRE (2010) observa-se que as guerras externas envolvendo somente países sul americanos foram as constantes do Quadro 8, abaixo:

Guerras	Países envolvidos no conflito	Ano
Confederação Peru Boliviana	Bolívia, Chile, Peru	1836-9
Guerra Peru-Boliviana	Peru, Bolívia	1841
Equador-Colômbia	Equador, Colômbia	1863
Guerra da Tríplice Aliança	Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai	1864-70
Guerra do Pacífico	Bolívia, Chile, Peru	1879-83
Guerra do Acre	Bolívia, Brasil	1899-1904
Guerra do Chaco	Bolívia, Paraguai	1932-5
Letícia	Peru, Colômbia	1932-3
Disputas de fronteiras	Peru, Equador	1932-95

Quadro 7 - Guerras na América Latina, 1830-2000

Fonte: MITRE 2010

Com base nos dados acima, verifica-se que MITRE:

a. não considerou a Guerra da Cisplatina (1825-1828), conflito que ocorreu na Província Cisplatina e envolveu o Brasil e a antiga “Províncias Unidas do Rio da Prata” (Argentina), do qual resultou a independência do Uruguai pela desincorporação da Província Cisplatina, do então Império do Brasil. As consequências dessa guerra foram significativas para o equilíbrio de poder no cone sul da América do Sul pois, como país tampão, a existência da República Uruguia ajudou a reduzir as tensões entre a Argentina e Brasil ao longo da história,

b. não considerou os diversos conflitos ocorridos entre a Argentina, Uruguai e Brasil, nos anos que antecederam à Guerra do Paraguai: *Guerra do Império do Brasil contra os ditadores Oribe e Rosas* (Guerra do Prata), entre 1851-1852, *Guerra do Império contra Aguirre* (Guerra do Uruguai), entre os anos de 1864 e 1865,

c. reuniu todos os conflitos armados entre Equador e Peru entre 1932 e 1995 em um só conflito (Guerra de 1941, 1981 e 1995),

d. apresentou a chamada “Questão do Acre”, que resultou na aquisição pelo Brasil do atual estado do Acre da Bolívia como um conflito armado.

Deste modo, considerando somente os conflitos externos entre os países sul-americanos apresentados por MITRE (2010) e constantes do Quadro 8 , verifica-se que houve um total de nove conflitos armados, sendo que seis eclodiram no século XIX e somente três no XX, nenhum conflito no corrente século, portanto.

Esses conflitos bélicos entre os países sul-americanos tiveram como principais causas a indefinição de limites por ocasião da independência colonial e a busca por recursos naturais ou o acesso a estes. FROTA (2012) descreveu esse processo:

A partir deste período, a região que compunha o antigo império espanhol deu início a um processo de fragmentação política, que ocasionou inúmeras disputas fronteiriças originárias da ineficaz ou inexistente demarcação de limites. Essas disputas territoriais, somadas às descobertas de abundantes reservas de recursos naturais em áreas em litígio, tornaram-se o cerne de inúmeros focos de tensão na região até a contemporaneidade. (FROTA, 2012, p.67).[o destaque é nosso].

Para MITRE (2010) quase todos os enfrentamentos tiveram como precedentes os litígios em torno da definição das fronteiras, reproduzindo deste modo, a lógica latente desde a fundação dos Estados. Ele ressalta, todavia, que “foram relativamente poucas as disputas por questões limítrofes que desembocaram em guerra aberta: somente 5% contra 62% na Europa”.(MITRE,2010). Para ele, isso decorre de quatro características básicas:

- a. aconteceram em regiões distantes dos núcleos de maior concentração populacional;
- b. envolveram exércitos de médio ou pequeno porte com soldados, geralmente recrutados das classes baixas;
- c. não demandaram mobilização geral das respectivas sociedades, a ponto de serem, em muitos casos, “ignorados pelo cidadão comum” – isto é pelas classes altas e médias.
- d. não tiveram motivação ideológica, mas o alcance de objetivos econômicos pontuais;

Note que no último item, MITRE (2010) ressalta que não houve motivação ideológica e sim “*o alcance de objetivos econômicos pontuais*”, assim, depreende-se que entre tais objetivos econômicos estavam a exploração econômica de recursos naturais.

Neste trabalho, não são levados em conta as ações de potências não pertencentes ao subcontinente sul-americano. Mas é possível perceber, conforme os dados já apresentados, que dos quarenta e dois conflitos armados que ocorreram no século XIX, sete foram entre países da região, vinte e cinco referem-se a intervenções realizadas pelos Estados Unidos, e os outros dez a ingerências iniciadas por países

européus. Tal constatação não pode ser ignorada e é preocupação de diversos estudiosos.

SANTORO ¹⁶ (2011) alerta sobre a cobiça de países não pertencentes à América do Sul, afirmando que minérios, alimentos e energia tornam a América do Sul muito importante para EUA e China. Tal fato, em que pese a delimitação do tema, deve ser frisado na medida em que ressalta a importância da luta por recursos como causa de guerras passadas, presentes e futuras. Essa visão é compartilhada por RODRIGUES (2015) que em seu trabalho de geoestratégia preocupa-se com a cobiça e interferência de países não sul-americanos, notadamente os Estados Unidos e China. (RODRIGUES, 2015, p.13)

Historicamente verifica-se que as principais guerras entre países da América do Sul foram três: Guerra da Tríplice Aliança e do Pacífico, no século XXI e a Guerra do Chaco, no século XX. MITRE (2010) chama esses 3 conflitos de “*grandes guerras*” ao passo que classifica os demais de “*guerras menores*”. O que diferencia essas duas classes de conflitos seriam a sua intensidade, duração e o impacto generalizado que tiveram sobre os países envolvidos.

As três “grandes guerras”, que moldaram os limites políticos e marcaram profundamente no campo psicossocial a formação dos Estados serão sumariamente apresentadas de forma individualizada, a fim de enquadrá-los no paradigma do trabalho e tratar de suas causas. Além disso serão apresentadas duas das “guerras menores”: a Guerra do Acre e as “Disputas de Fronteira entre Equador e Peru” e por fim, um Conflito Interno, o “Conflito Interno na Colômbia – FARC”.

As Guerras Menores entre os países sul-americanos, citadas por MITRE (2010) são as seguintes:

Guerras	Países envolvidos no conflito	Ano
Confederação Peru Boliviana	Bolívia, Chile, Peru	1836-9
Guerra Peru-Boliviana	Peru, Bolívia	1841
Equador-Colômbia	Equador, Colômbia	1863
Guerra do Acre	Bolívia, Brasil	1899-1904
Letícia	Peru, Colômbia	1932-3
Disputas de fronteiras	Peru, Equador	1932-95

Quadro 8 - Guerras Menores
Fonte: autor

¹⁶ SANTORO, Maurício. Jornalista, doutor em Ciência Política e professor universitário. Entrevista concedida a FROTA (2012) em 9 de dezembro de 2011, por ocasião da Conferência da IASIA para a América Latina e Caribe. Na sede da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Do estudo da história sul-americana, verifica-se que além dos conflitos acima poderiam ser listados alguns outros que igualmente envolveram ações bélicas entre países do subcontinente e que tiveram significativas consequências no desenvolvimento político e social das Nações envolvidas, como por exemplo a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e as Guerras do Império do Brasil contra Oribe e Rosas (1851 -1852). Contudo, como entre as causas da maioria dos conflitos menores não fica bem caracterizada a “luta por recursos naturais”, neste trabalho houve por bem apresentar somente duas dessas Guerras Menores: a Guerra do Acre e a “Disputas de fronteiras entre Equador e Peru”. Tais conflitos bélicos foram selecionados porque promoveram profunda modificação na linha de fronteira dos países em conflito e porque pode-se notar que entre as causas de sua eclosão estaria a disputa por recursos naturais.

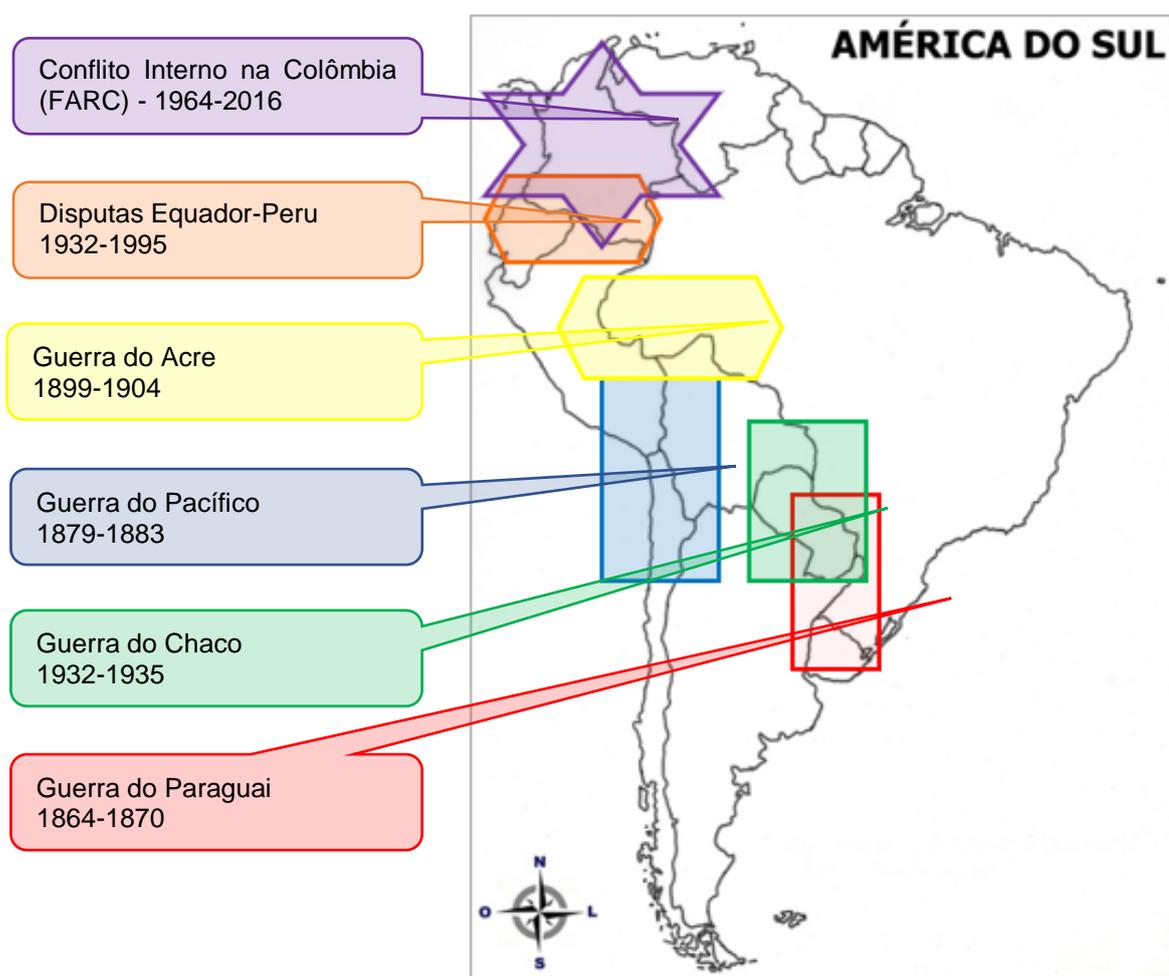


Figura 3 - Guerras na América do Sul apresentadas do trabalho
Fonte: autor

Observa-se que na Figura 3 acima ainda consta um Conflito Interno ocorrido dentro de um país sul americano. Praticamente em todos os países sul americanos ocorreram conflitos internos, tendo sido escolhida neste estudo a “Guerra Civil Colômbia”, ocorrida entre 1964 e 2016, devido a sua longa duração e intensidade, além do fato dessa longa duração ser decorrente do autofinanciamento da guerrilha realizado, particularmente a partir da década de 1980, mediante a exploração de recursos naturais.

Além de estudar as Guerras passadas é mister pensar nas Áreas de Fricção existentes entre os países do subcontinente. Tais áreas podem ser definidas como regiões naturais que são objeto de atrito e disputa entre dois ou mais países, sendo portanto, áreas em litígio. Algumas dessas questões limítrofes ainda não estão satisfatoriamente solucionadas e em determinadas situações como quando se descobre valioso recurso natural no território disputado, podem ser motivo para a ocorrência de conflitos armados.

A história está repleta de exemplos de áreas de fricção que se tornaram campo de batalha. Assim, após a apresentação dos conflitos armados sul-americanos, são citadas as principais áreas de fricção. Sempre que possível, elas são relacionadas com os recursos naturais que podem valorizá-las e até torná-las pivô de futuras guerras.

3.1 GUERRA DO PARAGUAI (OU DA TRÍPLICE ALIANÇA)

A Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu entre os anos de 1864 e 1870, sendo considerada pela maioria dos historiadores como o maior conflito entre nações sul-americanas. A Figura 4 apresenta um mapa com sua área de sua ocorrência.

Segundo FROTA, 2012:

A Guerra do Paraguai ocorreu no período de 1864 a 1870. Foi a primeira e mais sangrenta guerra da região. Segundo algumas estimativas, o número de mortos passou de 350 mil, dos quais cerca de 50 mil brasileiros. Brasil, Argentina e Uruguai enfrentaram o Paraguai num conflito provocado por disputas por poder regional, áreas de fronteiras e tarifas comerciais. A Tríplice Aliança derrotou os paraguaios.” (FROTA, 2012, p.67. apud NAVARRO, 2011).

Para MITRE (2010):

A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi, de todas, a mais letal e devastadora, e a que se aproximaria, segundo Centeno, à noção moderna de guerra total. Suas origens remontam à formação de uma complexa trama de interesses inter oligárquicos, desde que a Bacia do Prata se tornou, na segunda metade do século XVIII, área estratégica para o comércio e foco de intenso conflito político. (MITRE,2010)

MINTEGUI (2017) procura examinar as causas que conduziram à Guerra Grande ou Guerra Guazú (como é conhecido o conflito no Paraguai) e “desentranhar os interesses e os posicionamentos de pessoas e segmentos sociais nos diversos países que participaram da guerra”. (MINTEGUI, 2017, p.3). Conseqüentemente esse historiador realiza trabalho em que de forma direta e simples, desmistifica as teses de alguns escritores revisionistas que tentam colocar o Paraguai como vítima da ambição de seus vizinhos e da Inglaterra. Ele elenca como causas mediatas e imediatas da guerra:

Causas Mediatas

1. A Guerra civil no Uruguai: Blancos e Colorados em luta com a invasão do Gen. Flores em 1863, para derrocar o Presidente Bernardo Berro.
2. A participação ativa do Brasil em função das tropelias feitas por agentes políticos e policiais contra súbditos brasileiros. O bombardeio de Salto, a tomada de Paysandú e o sítio de Montevideo.
3. O Presidente Atanásio Aguirre, do Uruguai, pedindo intervenção do Paraguai, por intermédio de seu emissário José Sagastume, denunciando pacto inexistente Brasil-Argentina para dividir o Paraguai.
4. O Estado de guerra declarado pelo Paraguai pela captura do “Marquês de Olinda”, a proibição de uso dos rios internacionais e a invasão do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. (MINTEGUI, 2017, p.14).

Causas Imediatas

1. A Negativa da Argentina de autorizar a passagem de forças paraguaias por território argentino para atacar o Brasil, arguindo neutralidade.
2. A declaração de guerra do Paraguai à Argentina e a invasão de Corrientes, com a captura de dois barcos. A declaração de guerra chegaria depois.

3. A Situação de guerra anterior entre Paraguai e Brasil.

(MINTEGUI, 2017, p.14).

Na visão desse autor não se percebe a luta por recursos naturais como uma das causas para a Guerra da Tríplice Aliança. De fato, o conflito pode ser bem explicado pela teoria realista de VAN EVERA (1999). O Paraguai, conduzido pelo Ditador Solano Lopez, teria iniciado a guerra porque:

- a. tinha a crença de que venceria;
- b. pensava que teria a vantagem de atacar primeiro e assim decidiu pela invasão ao Mato Grosso e posteriormente da região de Corrientes e Entre Rios na Argentina a fim de conquistar o sul do Brasil;
- c. acreditava que seu poder relativo está em declínio, devido ao aparente expansionismo do Império do Brasil, demonstrado na intervenção do Uruguai em 1864 e nas intervenções anteriores nesse país e na Argentina;
- d. tendo acumulado recursos militares que excediam as do Império e da Argentina (possuía exército e marinha mais numerosos e melhor equipados e grande parte do material bélico produzido no próprio país) assumiram que sua acumulação de recursos era alta e, o mais importante;
- e. acreditaram que a conquista será fácil, particularmente após a invasão do Mato Grosso, no início do conflito.

DORATIOTO (2006) explica que a “partir da década de 1970, predominou a teoria de que a Guerra do Paraguai fora causada pelo imperialismo britânico (DORATIOTO,2006, p.253), entretanto tal teoria carecia de lógica, como ficou demonstrado por historiadores paraguaios¹⁷ em 1983. Observa-se que MINTEGUI, MITRE, DORATIOTO tal como outros historiadores, inclusive os revisionistas, como o argentino Jose Maria Rosa ¹⁸ e Júlio José Chiavenato¹⁹ descartam a disputa por recursos naturais entre os países sul-americanos como uma das causas desse grande conflito.

Por fim, o conflito e suas consequências serviram para definir o equilíbrio entre as potências do cone sul da América, particularmente o papel das duas maiores, Brasil

¹⁷ HERKEN KRAUER, Juan Carlos; Gimenez De Herken, Maria Isabel. Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza. Asunción: Arte Nueva, 1983.

¹⁸ José Maria Rosa (1906-1991), advogado, professor universitário, historiador e diplomata argentino, um dos historiadores mais representativos do revisionismo histórico no seu País.

¹⁹ Júlio José Chiavenatto – ver bibliografia.

e Argentina, o que moldou a atuação de todos os países na sub-região nos séculos seguintes.

A área de abrangência da disputa pode ser vista no mapa abaixo:



Figura 4 - Mapa da Guerra do Paraguai
Fonte: internet

3.2 GUERRA DO PACÍFICO

NAVARRO (2011) assim apresenta o conflito:

A Guerra do Pacífico ocorreu no período de 1879 a 1883. De um lado, o Chile; do outro, Peru e Bolívia. **O conflito começou com uma disputa pelo controle de parte do deserto de Atacama, território rico em recursos minerais.** Os chilenos venceram a guerra, tendo perdido cerca de 5 mil homens, contra 9 mil peruanos e mil bolivianos. Após o conflito, a Bolívia deixou de ter acesso ao Oceano Pacífico. (FROTA, 2012, p.68. apud NAVARRO, 2011)[o destaque é nosso].

Para MITRE (2010):

A Guerra do Pacífico (1879-1884), se bem que de menor intensidade que a da Tríplice Aliança, é de todos os conflitos entre os Estados latino-americanos o de maior transcendência temporal, e as numerosas tentativas de solucioná-lo por via diplomática têm sido até o momento outros tantos fracassos. (MITRE,2010).

Conforme as duas citações, verifica-se a importância do conflito no contexto sul-americano, particularmente porque teve como uma de suas causas a disputa por recursos naturais salitre e guano²⁰, na época de grande valor econômico, e em virtude de sua consequência mais perceptível, a perda de territórios por parte da Bolívia e Peru para o Chile, fato que gerou animosidade e litígio entre os três Estados e que ainda está presente no século XXI.

Ao se debruçar sobre as causas do conflito MITRE (2010) afirma que na sua origem é possível verificar uma pauta comum a outros acontecimentos bélicos na região:

primeiro os territórios que serão objeto de disputa situam-se em regiões fronteiriças, onde os Estados, sob cuja jurisdição se encontram inicialmente, têm fraca presença institucional; **segundo, a descoberta de um ou mais produtos de exportação, altamente lucrativos em razão de sua renda diferencial**, vem a modificar vertiginosamente a condição marginal desses territórios; **terceiro**, produz-se uma rápida “internacionalização” do espaço pela convergência de pessoas e capitais de várias nacionalidades; **quarto**, os conflitos de natureza socioeconômica derivam em litígios territoriais e, finalmente, em enfrentamento armado. (MITRE,2010). [o destaque é nosso]

Efetivamente, antes da Guerra do Pacífico, os três países já haviam travado um conflito armado entre 1836-1839, quando Peru e Bolívia criaram uma confederação unindo territorial e politicamente os dois países. Tal união foi percebida pelo Chile como uma ameaça a sua posição no Pacífico sul-americano, o que resultou na declaração de guerra com a vitória dos chilenos e a ascensão do país como potência regional.

Após esse conflito, por volta de 1840 foram descobertas grandes reservas de guano e salitre no deserto do Atacama em área sob o controle da Bolívia. A região passou a ter crescente importância econômica, sendo que a maior parte das empresas exploradoras tinha origem do capital estrangeiro, com destaque para a participação de empresas chilenas. Com a entrada das empresas chilenas também

²⁰ Salitre é o nome vulgar do nitrato de potássio. Atualmente, a maioria do nitrato de potássio vem dos vastos depósitos de nitrato de sódio existentes nos desertos chilenos.

Guano é o nome dado às fezes de aves e morcegos quando estas se acumulam. Pode ser usado como um excelente fertilizante devido aos seus altos níveis de nitrogênio.

houve grande influxo de imigrantes chilenos para a região. Tal processo é descrito por MITRE (2010):

O capital chileno se incorporou rapidamente a essas atividades, e seu avanço para o norte foi acompanhado por uma significativa migração de trabalhadores desse país, os quais, gradualmente, se assentaram em territórios pertencentes à Bolívia (Atacama) e ao Peru (Tarapacá)...

... Em pouco tempo, o Departamento do Litoral chegou a alojar 20.000 pessoas, a grande maioria de origem chilena, e o distrito de Caracoles 5.000 habitantes, dos quais 80% eram chilenos. Em 1874, a população de Antofagasta, o porto boliviano mais importante da região, através do qual se exportava a prata de Caracoles e o salitre, era 93% chilena, e sua influência em todas as esferas – social, econômica e cultural ... (MITRE,2010)

A migração chilena igualmente se fez sentir na República do Peru, como explica MITRE (2010):

O sul peruano experimentou, igualmente, o influxo da migração e do capital chilenos. No final da década de 1860, o porto de Iquique, sob o impulso do salitre, tinha triplicado sua população, alcançando, em 1871, 12.000 habitantes, a maioria dos quais vindos do Chile. O mesmo fenômeno, embora em proporção menor, verifica-se em Tarapacá onde, três anos antes de começar a guerra, havia 10.000 chilenos, pouco menos de um terço dos 37.000 habitantes da província. (MITRE,2010)

A tentativa dos dois vizinhos do norte de tentar retomar o controle da região adotando medidas políticas e econômicas provocou a reação do Chile, o qual considerou esse ato motivo para a guerra, a existência de um acordo militar secreto entre Bolívia e Peru.

As medidas políticas que acabaram se constituindo em pretexto ou causa imediata do conflito armado devem ser vistas contra o pano de fundo da expansão demográfica e da exploração econômica de Atacama e de Tarapacá, promovida, em ambos os casos, pelo capital internacional a partir das bolsas de Santiago e Valparaíso. Os fatores que precipitaram a guerra foram, de um lado, à decisão do governo boliviano de gravar um imposto de 10 centavos por tonelada de salitre exportado de Atacama, e, do outro, à tentativa peruana de retomar, em Tarapacá, o controle monopolista desse recurso e incorporá-lo a seu projeto de modernização pelo alto.²⁸ E, finalmente, a descoberta, por parte do Chile, da existência de um acordo secreto de aliança militar entre o Peru e a Bolívia. (MITRE,2010).

O resultado da guerra foi desastroso para Bolívia e Peru. Territorialmente “Com o triunfo de suas armas, o Chile anexou a seu território as províncias peruanas de Arica e Tacna, essa última devolvida em 1929, e todo o litoral da Bolívia, país que desde então ficou sem acesso ao mar”. (MITRE,2010). No campo militar:

É quase impossível saber com alguma precisão o custo humano desta guerra. Cifras oficiais dão conta de 5.600 mortos do lado do Chile; somados os desaparecidos, feridos e vítimas de doenças catalisadas pelo conflito bélico, o número de vítimas sobe para 15.000. Do lado peruano, os dados são ainda mais imprecisos, mas é consenso que as baixas foram bem maiores, talvez o dobro das chilenas, entre 11 e 12 mil, e as da Bolívia por volta de 2.100. (MITRE,2010).

Não obstante, há dúvidas de que a conquista tenha favorecido amplamente ao vencedor no campo econômico, para MITRE (2010):

Se bem que no plano militar e territorial os resultados foram nitidamente favoráveis ao Chile, as consequências no âmbito socioeconômico mostram-se mais complexas e ambivalentes. Num primeiro momento, a transferência do controle dos depósitos de nitrato representou ganhos fiscais de monta para o país vitorioso...

Embora seja certo que a incorporação de Atacama permitiu ao Chile contornar temporariamente a crise que ameaçava levá-lo à beira da falência no início da década de 1870, concluída a guerra não só a indústria do salitre ficou em mãos estrangeiras, mas o conjunto da economia passou a depender do comportamento volátil dos preços desse produto no mercado internacional, assim como o governo dos recursos tributários provenientes de sua exportação. Em síntese, a dependência de um recurso primário que, inicialmente, gozava de elevada renda diferencial, protelou mais uma vez a transformação do sistema produtivo chileno.

Nota-se que na prática houve uma indiscutível perda por parte da Bolívia e Peru em todos os campos do poder, mas que a conquista chilena no campo econômico foi relativa, particularmente pela dependência do valor estabelecido pelo mercado internacional para recursos naturais, os quais na atualidade poderiam ser enquadrados como “commodity” e que atualmente não tem tanto valor comercial devido ao extenso uso de fertilizantes derivados de petroquímicos.

Na análise das consequências da Guerra do Pacífico verifica-se que o conflito moldou as relações entre os três países até os dias atuais. A Bolívia foi o país que mais perdeu com a guerra. A perda se traduziu no campo econômico não apenas pela subtração dos recursos financeiros oriundos das exploração das minas, mas também

da inestimável perda do acesso ao mar, fato geopolítico apontado por muitos historiadores como sendo um dos fatores que levou esse país andino a ter os piores índices de desenvolvimento socioeconômicos da América do Sul. Atualmente a Bolívia ainda pleiteia junto ao Chile a devolução de seu território marinho no Pacífico.

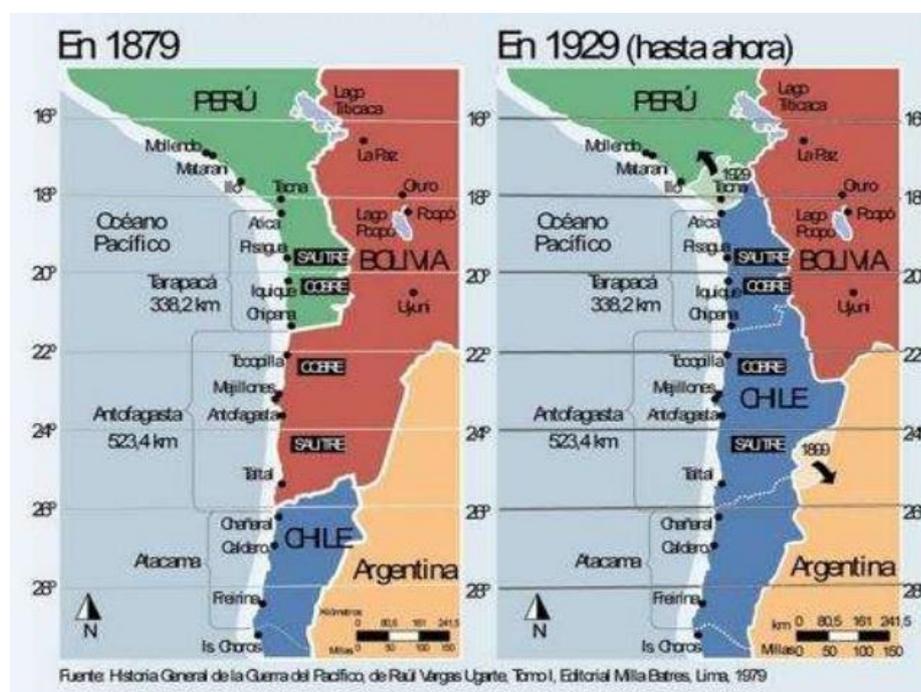


Figura 5 - Guerra do Pacífico – mapa político dos países, antes e após a guerra
Fonte: Internet

Para o Peru, devido à devolução de parte dos territórios conquistados, o principal ressentimento em relação à Guerra do Pacífico encontra-se no campo psicossocial, particularmente devido à ocupação de Lima, a capital do país, pelas tropas chilenas durante o conflito e a atrocidades cometidas pelos soldados durante a intervenção.

3.3 GUERRA DO CHACO

A Guerra do Chaco foi o maior conflito armado latino-americano do século XX. Trata-se de uma guerra que envolveu Bolívia e Paraguai, entre os anos de 1932 e 1935, e que tinha por objetivo a posse do chamado Chaco Boreal.

PEREIRA (1986) delimita bem a região do Chaco (Figura 6) o que permite compreender a localização da área em disputa em relação aos países envolvidos:

Geograficamente podemos dividi-lo em três sub-regiões: -
 o CHACO AUSTRAL, ao Sul do Rio VERMELHO; -
 o CHACO CENTRAL, entre os Rios VERMELHO e PILCOHAYO; . -
 o CHACO BOREAL, delimitado por três cursos de água: .
 - o Rio PARAGUAI, a Este; .
 - o Rio PARAPITY (formador dos banhados de IZOZOG e do Rio OTUQUIS), ao Norte e a Noroeste;
 - o Rio PILCOMAYO, a Oeste, a Sudoeste e ao Sul. .
 O CHACO AUSTRAL e o CENTRAL, em 1932, já pertenciam a ARGENTINA. O CHACO BOREAL tornou-se o cenário da guerra. (PEREIRA, 1986, p.11) [o destaque é nosso]



Figura 6 - Mapa do Chaco Boreal
 Fonte: PEREIRA, 1986

PEREIRA (1986) ainda explica que até meados do século XIX, a posse da região, por ser inóspita e de difícil acesso, não interessava aos países vizinhos. Ele apresenta a origem das divergências sobre a posse do território:

Quando as antigas "Gobernaciones" se emanciparam da ESPANHA, constituindo-se em Estados soberanos, surgiram vários Problemas de limites indefinidos, causados por documentos contraditórios, que seriam dirimidos, ao longo dos anos, por via diplomática ou pela força.

O CHACO, inicialmente, não foi objeto de grande interesse, entretanto, em meados do século XIX, ARGENTINA, PARAGUAI e BOLIVIA perceberam o potencial econômico que se escondia na grande planície e passaram a enviar expedições exploratórias e colonizadoras

para ocupar as regiões de mais fácil penetração, onde o homem sobrevivia e se instalava com facilidade.

A partir da descoberta de petróleo, no extremo ocidental do CHACO, evidenciou-se a importância estratégica da área e tanto Paraguai quanto Bolívia alegaram direitos posse legítima da terra. (PEREIRA, 1986, p.7)[o destaque é nosso]

Constata-se que a parte do Chaco em litígio entre Paraguai e Argentina foi definida com o tratado de limites estabelecido após a Guerra da Tríplice Aliança, contudo, não houve possibilidade de definição da fronteira entre Paraguai e Bolívia por via pacífica, pois os diversos acordos diplomáticos assinados ao longo dos anos, não foram cumpridos pelos signatários. PEREIRA (1986) cita esses acordos:

A partir de 1879, PARAGUAI e BOLIVIA firmaram vários tratados limites, todos sem efeito prático porque um dos países denunciava o acordo:

- TRATADO QUIJARRO - DECOUD, em 15 de outubro de 1879;
- TRATADO TAMAYO - ACEVAL, em 16 de fevereiro de 1887;
- TRATADO ICHASO - BENITEZ, em 23 de novembro de 1894.

Convencidos de que as negociações bilaterais não chegariam a bom termo, assinaram, em 12 de janeiro de 1907, o convênio PINILLA-SOLER, aceitando a mediação do Presidente Argentino. A forte oposição dentro da BOLIVIA prolongou as discussões até que o prazo caducasse.

Em 1913, 1916 e 1926, mais três protocolos: (HUJIA-AYALA, MORENO-MUJIA e GUTIERREZ-DIAZ LEON) foram estabelecidos, sem resultados positivos. (PEREIRA, 1986, p.8)

Assim, a partir de 1924, os países começaram uma crescente militarização da área, com a ocupação de pontos do terreno com destacamentos militares, dispostos a decidir pela força o que os políticos não haviam solucionado diplomaticamente. Paralelamente aos incidentes fronteiriços, os países entraram em uma corrida armamentista a fim de acumular recursos para uma possível guerra. O resultado foi a escalada da crise com a eclosão de um conflito em grande escala em 1932.

Durante a guerra:

Apesar da superioridade numérica de seus exércitos e força área, a Bolívia perdeu a guerra, em boa medida pela dificuldade de abastecer suas linhas, e pela inoperância de vários de seus chefes militares e políticos. Já o Paraguai – que, além de contar com a acertada condução de seus altos mandos, concentrava população e estrutura administrativa na beira meridional do Chaco – pôde transportar com

rapidez tropa, água e víveres para o front e, desse modo, tirar proveito logístico de sua posição. (MITRE,2010)

Os combates se estenderam até meados de 1935, sendo que somente em 21 de julho de 1938 foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre a BOLÍVIA e o PARAGUAI.

Quanto às causas que levaram ao conflito, além da óbvia indefinição de limites, tradicionalmente atribui-se à Guerra do Chaco fatores econômicos, decorrentes da cobiça por possíveis poços de petróleo na região. Percebe-se que para PEREIRA (1986) entre os motivos da Guerra está a luta pela posse de recursos naturais:

A Guerra do CHACO se fez inevitável quando divergências históricas, em torno da demarcação da fronteira boliviano paraguaia, **agravaram-se pelo choque entre ambições econômicas**. (PEREIRA, 1986, p.9) [o destaque é nosso]

Região inóspita, de difícil acesso, encravada no interior da AMÉRICA DO SUL, o CHACO BOREAL adquiriu valor estratégico, a partir da descoberta do imenso potencial de recursos naturais, escondido, até então, sob o lençol de vegetação que o cobre de ponta a ponta. (PEREIRA, 1986, p.9) [o destaque é nosso]

PEREIRA (1986) também explica o crescente interesse econômico nos dois países por parte de empresas estrangeiras:

Em 1884, como consequência imediata da derrota na Guerra do Pacífico, a BOLÍVIA perdeu o acesso ao mar, tornando-se um país mediterrâneo. Mergulhada numa crise política e econômica, Enfrentou uma série de convulsões internas e, para melhorar sua situação financeira, incentivou os investimentos estrangeiros.

Petróleo

Quando a Standard Oil Company, empresa norte-americana de NEW JERSEY, descobriu um vasto campo petrolífero próximo a SANTA CRUZ DE LA SIERRA e, em seguida, instalou duas destilarias em CAMIRI e SANANDITA, abriu-se para o país uma nova perspectiva de enriquecimento. Por outro lado, como as características geológicas do terreno a Este do meridiano de 639, são idênticas às da área explorada, atraiu a cobiça dos seus vizinhos do Sul, especialmente do PARAGUAI, importador de todo o combustível que consumia. (PEREIRA, 1986, p.27 e 28)

A ideia da luta por recursos naturais como motivo do conflito do Chaco é respaldada ou rechaçada por outros autores, FROTA (2012) confirma a tese, enquanto MITRE (2010) refuta a mesma:

Na disputa pela região do Chaco, área útil para a criação de gado e com indícios da existência de petróleo, Paraguai e Bolívia travaram uma guerra desastrosa.(FROTA, 2012, p.69. apud NAVARRO, 2011).

A interpretação dominante durante muito tempo aduzia como causa do conflito o interesse pelos campos petrolíferos disputados por duas companhias internacionais, a Standard Oil de New Jersey e a Royal Dutch Shell, apoiadas pelos governos da Bolívia e do Paraguai, respectivamente. Sob essa ótica, tratar-se-ia de uma guerra essencialmente imperialista que envolveu na sua trama dois Estados pobres e dependentes. Na verdade, nem o Chaco Boreal tinha petróleo, nem os campos petrolíferos situados em solo boliviano faziam parte do território em litígio, e quando estes entraram na mira dos paraguaios a contenda bélica já se achava na sua fase final. Fronteiras mal definidas por tratados anteriormente subscritos, conjunturas domésticas agravadas pela crise de 1929, e a secular aspiração da Bolívia de viabilizar sua conexão com o mar explicam melhor os motivos dessa guerra. (MITRE, 2010)

No caso em questão, tal divergência de opiniões parece natural, pois até os dias atuais não foram encontradas reservas economicamente viáveis de petróleo na área em litígio, porém cabe ressaltar que as análises de causa devem ser feitas com a visão que se tinha na época e naquela ocasião existia a crença na existência de petróleo na área em litígio.

Outra razão comumente apontada para a eclosão do conflito foi a percepção boliviana de que a posse da região daria ao país uma possibilidade de acesso fluvial ao Atlântico, visto a perda do acesso ao mar após a Guerra do Pacífico. Tal possibilidade aumentou de importância com a descoberta de petróleo no país, visto que os portos do Atlântico poderiam ser uma alternativa à utilização de portos chilenos no Pacífico.

No que diz respeito às consequências do conflito, no momento da assinatura do armistício o Paraguai ocupava a maior parte das terras em litígio, deste modo “O Paraguai ocupou 90% do Chaco e, assinado o tratado de paz, ficou com 80% do território disputado, um ganho real de 52.395 milhas quadradas, com relação à extensão do Chaco que controlava antes da guerra”.(MITRE,2010).

Além, disso, pode-se afirmar que as “As consequências do conflito se processaram dentro dos próprios países beligerantes e não transcenderam, sequer,

para o âmbito regional.” (MITRE,2010). Por certo que a solução da guerra em nada afetou os países vizinhos e rapidamente o conflito foi por eles esquecido pelos demais países sul americanos.

Em que pese a definição da fronteira e a aceitação do tratado, a solução não satisfaz totalmente nenhum dos países, conforme OLIVEIRA (1986):

A questão de limites, embora esteja oficialmente resolvida, ainda mantém latentes ressentimentos de ambos os lados. A Bolívia não se conforma com a perda de uma grande extensão de território que julga ser seu e o PARAGUAI sente-se frustrado por não ter sido mantido em seu poder, parte das atuais regiões petrolíferas bolivianas de VILA MONTES e CAMIRI, as quais ocupava ao fim da guerra. (OLIVEIRA, 1986, p.23)

3.4 GUERRA DO ACRE

MITRE (2010) e outros historiadores, chamam a “questão do Acre”, habilmente solucionada pelo Barão do Rio Branco, como a “Guerra do Acre”. Trata-se de um conflito ocorrido em 1899 e 1903, entre a Bolívia e colonizadores de origem brasileira pela posse e exploração econômica de extensos bosques de seringueira para a extração de borracha. Ele explica que, na mesma linha das Grandes Guerras, já apresentadas:

..., embora com custo territorial bem maior, situa-se a Guerra do Acre, **cuj a origem se deve tanto à indefinição de limites como à importância econômica que adquiriu a região, no final do século XIX.** Nessa época, migrantes brasileiros, atraídos pelo auge da borracha, assentaram-se em território boliviano à margem do rio Acre. A decisão do governo da Bolívia de estabelecer uma alfândega para efetivar a arrecadação de impostos sobre a exportação da borracha motivou um levantamento armado, liderado por Galvez, que, em 1899, proclamou o Estado Independente do Acre. Inicialmente a Bolívia e o Brasil agiram de comum acordo para reprimir a insurreição, até que esse último país entendeu que seus interesses ficariam mais bem servidos declarando em litígio o território em questão. A intervenção oficial do governo brasileiro se deu em 1902, sob a justificativa de que a decisão, por parte da Bolívia, de arrendar o território a uma sociedade anglo estadunidense comprometia a soberania de toda a região. Dividida por uma guerra civil e com enorme dificuldade de deslocar suas tropas até tão longínqua região, o governo da Bolívia não conseguiu defender esse território. Pelo Tratado de Petrópolis de 1904, o país perdeu 190 mil quilômetros quadrados para o Brasil e, à guisa de compensação, recebeu 2 milhões de libras esterlinas, e o compromisso de que seria construída uma estrada de ferro, que viria a ser a Madeira-Mamoré. (MITRE,2010).[o destaque é nosso].



Figura 7 - Guerra do Acre
Fonte: Internet²¹

Observa-se que o conflito tem como principal causa não a disputa por territórios em litígios entre duas Nações, no caso Brasil e Bolívia, e sim a posse da área para a exploração de recursos naturais por parte de imigrantes que ocupavam o território. Tratava-se portanto de uma guerra de secessão por motivos econômicos. Este conflito é uma típica guerra por recursos que envolvem uma população que explora um recurso natural de alto valor na época, a participação de empresas privadas (Bolivian Syndicate²²) e o governo de dois países interessados. Ao final, após o conflito armado, a solução das desavenças demonstrou a acomodação de interesses entre as partes.

3.5 DISPUTAS DE FRONTEIRA ENTRE EQUADOR X PERU

“Na América Latina tem ocorrido guerras e disputas regionais ao longo dos anos, embora algumas tenham sido extensas e muito violentas, nenhuma foi tão

²¹ Figura 7 - Guerra do Acre - Fonte: internet – Disponível em: <https://3dejulhonoticias.com.br/?p=130708>

²² Companhia organizada em Londres em 1901 para estabelecer a colonização boliviana no território do Alto Acre. Seu capital era majoritariamente norte-americano.

diplomáticamente difícil e longa como a disputa na fronteira entre Equador e Peru". (JÁTIVA, 2014).

OLIVEIRA (1986) relata que o conflito Equador-Peru teve origem na "definição dos limites entre Equador e Peru no rico espaço fronteiriço banhado pelos Rio MARANON, ZAMORA, SANTIAGO e LAGARTO-COCHA." (OLIVEIRA, 1986, p.9).

JÁTIVA (2014) explica que "os limites imprecisos dos Estados livres, após quase 300 anos de colonialismo, criaram uma série de disputas territoriais ao longo das suas vidas republicanas." (JÁTIVA, 2014, p.12)

A disputa pelas terras em litígio recrudescer após 1830 com a dissolução da Grã-Colômbia²³ e a emancipação da República do Equador, pois o Peru (que teve sua independência consolidada em 1824) argumentava que os territórios de Maynas e Quijos teriam sido anexados ao antigo Vice-Reinado do Peru, pela cédula Real de 1802 e que portanto lhe pertenceriam de acordo com o critério do "uti possidetis de 1810", princípio este que nortearia a divisão territorial das nações libertadas do jugo ibérico na América do Sul.

Assim, para definir os limites, as duas jovens Nações realizaram diversas tentativas de assinatura de um acordo diplomático que desse fim à questão. JÁTIVA (2014) afirma que "Reconhecendo a importância da demarcação territorial, Equador e Peru se mobilizaram com presteza no alvorecer da vida republicana, para fazer valer seus direitos sobre as regiões em disputa" (JÁTIVA, 2014, p.54) tendo os dois países assinado os seguintes tratados assinados até a Guerra de 1941, conflito que culminou com a assinatura do Protocolo de Paz e Amizade do Rio de Janeiro de 1942.

JÁTIVA (2014) apresenta os acordos acima e afirma que na origem do Protocolo do Rio:

... houve dúvidas ao redor dos acidentes geográficos que determinavam a fronteira e essas seriam as causas de novos conflitos bélicos em 1981 e 1995. No Protocolo do Rio, a descrição da área não refletia a realidade geográfica da zona. Considerou-se a existência de um "divortium aquarum" entre os rios Zamora e Santiago e a presença da Cordilheira do Condor (parte norte) como limite natural. (JÁTIVA, 2014, p. 57 e 58)

²³ A Grã-Colômbia foi um estado criado em 1822 por Simon Bolívar e que era composto pelo o EQUADOR (antiga presidência de QUITO), a COLÔMBIA (então, NOVA GRANADA) e a VENEZUELA. Foi dissolvido em 1831 dando origem a esses três países.

Ano	Tratado-Acordo-Protocolo	Observações
1830	Tratado Mosquera-Pedemonte	Entre representantes da Grã Colômbia e do Peru, sendo que o Equador, já existia desde 13 de maio de 1830. Neste documento, o Equador perde a margem sul do Rio Amazonas
1832	Tratado Pando Noboa	O objetivo principal era limites. Não foi ratificado pelo Equador pelas pretensões peruanas de continuar com os territórios de Tumbes, Jaén e Maynas
1860	Tratado de Mapasingue	favorável ao Peru, não foi aceito pelo Equador
1887	Submissão da decisão do litígio ao Rei da Espanha	Peru e Equador desistiram do laudo arbitral
1888	Tratado Herrera-García	Os países não chegaram a um acordo para assinar o tratado
1916	Tratado Muñoz Vernaza-Suárez	Equador cedeu território à Colômbia perdendo os limites com o Brasil. Posteriormente, no Tratado Salomón-Lozano, subscrito em segredo no 1922, Colômbia entrega todas as terras recebidas ao Peru.
1924	Protocolo Ponce-Castro Oyaguren	Os países litigantes comprometiam-se a se submeter à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos. Peru abandonou as conversações em 1936.
1942	Protocolo do Rio de Janeiro	Definiu <i>Línea de Status Quo</i> com a demarcação do limite favorável ao Peru. O Equador perdeu mais da metade do seu território.

Quadro 9 - Tentativas de solução do litígio em Equador e Peru
 Fonte: dados disponíveis em JATIVA, 2014

Devido a indefinição político-diplomática, ocorreram, de forma intermitente, rusgas entre as tropas dos dois países na região de fronteira, sendo que tais conflitos foram o estopim de crises que terminaram em verdadeiras guerras nos anos 1941, 1981 e 1995. Entre os conflitos destaca-se a invasão do Equador pelo Peru em 1941, que resultou na assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, totalmente desfavorável ao Equador.

MITRE (2010) agrupa os conflitos armados ocorridos entre os dois países como “Disputas de Fronteira entre Equador e Peru” sendo que também lhes atribui como causas a indefinição de limites.

Foi o que aconteceu no rosário de querelas que protagonizaram Equador e Peru em 1941, 1981 e 1995 pelo controle de território adjacente à parte navegável do rio Maranhão – uma área de menos de 60 milhas quadradas. No último incidente, acontecido em 1995, o motivo aludido pelo Equador para enviar tropas para a região foi que a comissão criada pelo Protocolo de 1942 para proceder à demarcação da fronteira não havia concluído seus trabalhos, tendo deixado mal definidas as coordenadas geográficas da parte superior do vale do Cenepa. (MITRE, 2010)

Em 1981, persistindo a indefinição na demarcação dos limites já acordados, reapareceu o conflito na região da cordilheira conhecida como Serra do Condor, tal disputa armada, teve curta duração e ficou conhecido como a guerra dos cinco dias.

Em 1995 eclodiu um novo conflito quando:

“cerca de 50 soldados peruanos e 30 equatorianos morreram quando as Forças Armadas dos dois países entraram em choque em janeiro de 1995. Tudo por causa da disputa territorial por uma remota região fronteiriça de selva, onde existem reservas de ouro, urânio e petróleo.” (FROTA,2012, p.70)

Após 1995:

... ocorreram uma série de intensas negociações, assinou-se o Tratado de Paz, reconhecendo a linha de fronteira estabelecida no protocolo de Rio de Janeiro de 1942 com a respectiva aprovação dos respectivos congressos. Embora os termos tenham o apoio dos países garantes e a vontade política, não foram inteiramente concordantes com os interesses militares. Assim, começou a demarcação da fronteira, e paralelamente em inúmeras reuniões binacionais entre Equador e Peru se geraram uma série de medidas de confiança mútua de tipo binacional. (JÁTIVA, 2014, p.6)

JÁTIVA (2014) descreve o final do conflito:

... a Declaração de Paz do Itamaraty em 17 de fevereiro, a Declaração de Montevideú em 22 de fevereiro, a chegada de observadores militares dos países envolvidos no setor do conflito em 27 de fevereiro, com a conseqüente constituição e trabalho da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE) em 10 de março e a Ata de Brasília de 26 de outubro de 1998, em que, finalmente, se chega a um acordo para limitar as fronteiras, são balizas muito importantes no processo de paz, ainda em construção. (JÁTIVA, 2014, p.63 e 64).



Figura 8 - Evolução da Fronteira Equador-Peru
Fonte: <https://www.timemaps.com>

Outrossim, JÁTIVA (2014) relata que “No Equador, existe a crença de que além de posições nacionais, no conflito de 1941, existiram interesses internacionais sobre o petróleo desta zona.” (JÁTIVA, 2014, p.60). Tal ideia concordaria com a teoria apresentada no livro "Festín del Petróleo", de Jaime Galarza Zavala (1981), sendo descrito pelo francês Jean Paul Deler (1986) em um trabalho feito na região andina, onde adverte o seguinte:

Existe uma notável concordância entre o traçado da fronteira de 1942 e os limites orientais de uma imensa concessão outorgada em 1937 à filial da Royal Dutch Shell pelo governo equatoriano, no detrimento de uma filial da Standard Oil of New Jersey. (JÁTIVA apud DELER, 2014, p.61)

Portanto conforme essa crença, particularmente o conflito que eclodiu em 1941 devido a histórica indefinição de limites igualmente teria como causa imediata a disputa por recursos naturais, neste caso, o petróleo.

3.6 CONFLITO INTERNO NA COLÔMBIA – ATUAÇÃO DAS FARC

A Colômbia é uma das principais economias da América do Sul e teve sua história na primeira metade do século XX marcada por intensos conflitos políticos e sociais entre as elites dominantes representadas pelos Partidos Conservados e Liberal. Historicamente a organização dos diversos grupos revolucionários de caráter socialista nesse país ocorreu após o movimento conhecido como “Bogotazo”, rebelião popular que teve como causa imediata o assassinato do líder liberal Jorge Eliecer Gaitan em 1948 e que desencadeou uma guerra civil que durou até o final dos anos 50 do século XX, tal conflito teve como oponentes de um lado o governo Conservador e do outro rebeldes Liberais e Comunistas. Conforme COSOY (2016) a guerra “recebeu o nome simples de "A Violência" e deixou mais de 200.000 mortos.

Após o sucesso dos comunistas na Revolução Cubana em 1959, os Liberais temerosos de que seus aliados os traíssem, uniram-se ao Governo Conservador e apoiaram a repressão ao movimento campesino que lutava por reforma agrária. Como reação, a partir de 1964, os comunistas organizaram as Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia (FARC). A origem do movimento é explicada por PARDO (2000) apud GUEVARA (2010):

As FARC têm suas raízes na luta dos movimentos de auto defesa Liberal e Comunista durante o período conturbado e de fortes repressões do governo, mas surgiu de fato como grupo guerrilheiro após os ataques militares aos camponeses, quando após terem sido desalojados pelo exército, passaram a se agrupar em guerrilhas móveis (PARDO, 2000, apud GUEVARA, 2010, p.225)

O conflito entre as FARC e o governo colombiano se estendeu de 1964 até 2016. Ele teve como ponto de inflexão a queda da URSS em 1991, pois o grupo era parcialmente financiado pelo MCI e pelo governo cubano e como a URSS deixou de enviar recursos para o regime de Fidel, este não teve mais condições de repassá-los para apoiar os movimentos de guerrilha na África e América. Por esse motivo, com a fim da Guerra Fria, tanto as FARC quanto outros grupos insurgentes colombianos buscaram novas formas de financiar a luta, como explicam VAZ e ROSA (2015) e os estudiosos da Universidade de Stanford (2018):

A associação de grupos guerrilheiros (FARC-EP, ELN e os antigos M-19 e EPL), paramilitares (AUC) e diversos outros grupos insurgentes – a maioria dos quais surgidos por razão de insatisfação política – **ao tráfico de drogas se aprofundou após as investidas do governo colombiano no combate aos cartéis de drogas**. Os grupos de narcotraficantes foram expulsos para regiões inabitadas e com ausência do Estado, áreas normalmente ocupadas por guerrilheiros. A partir de então, as guerrilhas passaram a participar do processo de produção e tráfico de cocaína, protegendo laboratórios e transportando a carga. **Os lucros obtidos eram investidos na expansão da guerrilha, com a compra de armamentos mais sofisticados e a sustentação de efetivos guerrilheiros maiores** (VAZ e ROSA, 2015, p.192) [o destaque é nosso]

Antes do boom do comércio de drogas nas décadas de 1970 e 1980, **as FARC receberam armas, treinamento e assistência financeira de Cuba**. Durante esse tempo, as FARC também seqüestraram políticos e pessoas das elites para obter receita. Seus seqüestros continuaram durante as décadas de 1970, 1980, 1990 e atingiram o auge em 1999. **O próspero mercado de drogas na Colômbia também facilitou o rápido crescimento das FARC nas décadas de 1980 e 1990, quando triplicou seu número de membros e deu às FARC maior independência financeira.**(STANFORD,2018)[a tradução é nossa]

Observa-se que como diversos outros conflitos internos iniciados durante a Guerra Fria entre os EUA e a URSS, o conflito interno entre as FARC e o governo colombiano teve como causa política o objetivo de implantar um regime socialista na Colômbia. O envolvimento dos grupos rebeldes colombianos com o narcotráfico surge como forma de autofinanciamento e cresce com o passar do tempo, conforme cita

VAZ et ROSA (2015): “Em 2003, a Junta de Inteligência Conjunta de Defesa Nacional colombiana estimou a renda e os custos das FARC e indicou que o lucro derivado do narcotráfico representa aproximadamente 50% do total de sua renda.”(VAZ e ROSA, 2015, p.193).

Verifica-se que o caso das FARC parece confirmar a já explicada teoria de LE BILLON (2004), de que os lucros obtidos com a exploração dos recursos naturais permite a criação e a sustentação de grupos armados e em consequência o aumento da duração dos conflitos. Tal teoria é reforçada por diversos estudiosos como por exemplo VAZ e ROSA (2015) e do mesmo modo por MEIRA (2007) apud GUEVARA (2015) quando tratam do conflito colombiano:

A presença de grupos guerrilheiros e narcotraficantes que mantem vivo o conflito interno há mais de meio século constitui pois, peça-chave para compreender o tráfico de armas e a violência na região. O narcotráfico dos grupos armados não estatais. (VAZ e ROSA, 2015, p.193)

O narcotráfico e o contrabando de mercadorias também podem ser citados como artifícios fortes que agem de forma a alimentar financeiramente as FARC, pois juntas são responsáveis por movimentar quantias que giram entorno dos dois bilhões de dólares anuais. Dentre as principais drogas e mercadorias contrabandeadas constam a cocaína, a maconha e a intensa comercialização de arsenal bélico que servem para armar e concederem um poder relativo a esta entidade, frente às forças que tentam combatê-las (MEIRA, L. 2007 apud GUEVARA, 2010, p.232)

A Universidade de Stanford em seu “MAPPING MILITANT ORGANIZATIONS”²⁴ apresenta as FARC e sua forma de financiamento, acrescentando que além da exploração da cocaína o grupo também tem extraído ilegalmente ouro para obter receita:

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), são um grupo guerrilheiro marxista-leninista fundado por Manuel Marulanda e Jacobo Arenas em 1964. O grupo foi formado para representar os interesses da população rural após a guerra civil de 1948 a 1958. As FARC originalmente pretendiam derrubar o governo e financiou suas operações através do tráfico de drogas, seqüestro, extorsão e, mais recentemente, mineração ilegal de ouro.(STANFORD, 2018) [a tradução é nossa]

Outras formas de financiamento agora substituem os seqüestros. Os lucros da mineração de ouro superaram os do tráfico de drogas;

²⁴ Disponível em: <<http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/89>>

estima-se que os lucros das FARC com a mineração de ouro sejam mais de cinco vezes maiores que os do tráfico de cocaína. Além de lucrar com a mineração de ouro, as FARC 'taxam' cada peça de maquinário que entra em seu território, ganhando cerca de US \$ 240.000 por mês. Esses impostos e a venda direta de ouro tornam a mineração de ouro a fonte de financiamento mais lucrativa para as FARC. . (STANFORD, 2018) [a tradução é nossa]

Em 26 de agosto de 2016²⁵ a imprensa divulgou a assinatura de um acordo histórico que põe fim aos mais de 52 anos de conflito, conforme publicado no site G1:

“O presidente colombiano, Juan Manuel Santos, e o número um das Farc, Rodrigo Londoño Echeverri, conhecido como “Timochenko”, assinaram ... em cerimônia na cidade de Cartagena de Índias, o acordo de paz que coloca um fim ao conflito armado que assola o país há 52 anos. O acordo ..., após quase quatro anos de negociações em Cuba e três fracassos de governos anteriores. (G1, 2016)

Ainda segundo a agência de notícias “... desde 1983 o país fracassou em três tentativas de negociar a paz, ... Essas tentativas ocorreram durante os governos de Belisario Betancur, César Gaviria e de Andrés Pastrana”. Também foi divulgado que o acordo contemplaria o abandono das armas pela guerrilha e sua transformação em movimento político, entre outros pontos. (G1, 2016).

Sobre o envolvimento das FARC com a produção, processamento e tráfico de drogas na Colômbia é importante dizer que foi reconhecida no acordo de paz pelas FARC conforme CAMPBELL (2017):

A relação entre conflito armado e narcotráfico, estigmatizada por muitos anos de “guerra às drogas” através de uma interpretação de “causa imanente”, é reconhecida no Acordo de Paz como “causa eficiente” do conflito, ou seja, um fenômeno que explica o prolongamento temporal e a intensificação do conflito, mas que por sua própria existência não leva ao surgimento da guerrilha. (CAMPBELL, 2017, p.10).

Do acima exposto, verifica-se que o ouro e as drogas, mais especificamente a cocaína, são recursos econômicos utilizados pelas FARC para financiar a guerra. Entretanto podem surgir dúvidas quanto ao fato de a cocaína ser considerada um recurso natural, o que não ocorre no caso do ouro. Tal ponto é esclarecido por PFRIMER e col. (2016) que analisam em seu artigo, “Recursos Naturais e Conflitos Armados na América do Sul: Invertendo o nexos causal dos Estudos Securitários,” a

²⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/governo-da-colombia-e-farc-assinam-acordo-de-paz-para-conflito-de-52-anos.html>>

relação entre recursos naturais e os conflitos assimétricos na América do Sul com base nos dados disponibilizados pela Universidade de UPPSALA. O trabalho demonstra que:

Países como Bolívia, Peru e Colômbia tornam-se parte do centro estratégico de poder na rede de narcotráfico, pois a matéria natural do tráfico de cocaína (grande parte do narcotráfico sul-americano), a folha de coca, é produzida apenas nesses lugares. Nesse contexto, o artigo centra-se na ideia de que as drogas, especialmente a cocaína, se tornam recursos importantes para as dinâmicas de poder, do narcotráfico e dos conflitos armados no contexto sul-americano. (PFRIMER e col., 2016, p.16).

PFRIMER e col. ainda inferem do estudo que realizaram que “existem nas regiões de produção de folha de coca grande incidência de conflitos, esses estariam ligados à ação de forças estatais contra grupos criminosos que tentam manter o controle sobre as plantações e locais de produção e refino de cocaína”. (PFRIMER e col., 2016, p.16). Tal fato pode ser observado na Figura 9 .

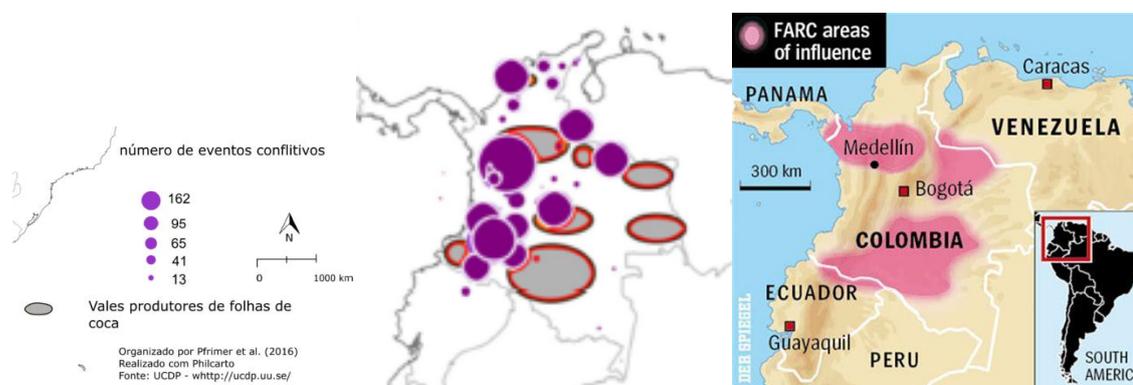


Figura 9 - Relação entre as áreas produtoras de folhas de coca, eventos conflitivos e as regiões de atuação das FARC

Fontes: PFRIMER e col. (2016) e internet

3.7 ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Áreas de Fricção podem ser definidas como regiões naturais que são objeto de atrito nas relações entre dois países, sendo portanto, áreas em litígio. Apesar da consolidação das fronteiras entre os países sul-americanos ainda há áreas em litígio no subcontinente, sendo que, em algumas delas, houve sérias crises que poderiam ter se transformado em guerras.

Conforme OLIVEIRA (2008) as áreas de fricção “remontam aos processos da colonização e independência”. (OLIVEIRA, 2008, p. 20). Ele explica que “O

subcontinente sul-americano foi colonizado basicamente por portugueses e espanhóis. O domínio espanhol, ao contrário do português, fragmentou-se dando origem a várias nações com características físicas bastantes diferentes”. (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Outros pesquisadores como SANTOS (2016), por exemplo, confirmam a tese de OLIVEIRA (2008):

Os problemas das áreas de fricção existentes na América do Sul, no século XXI, remontam a problemas de fronteiras mal definidas, por ocasião dos processos de independência e problemas econômicos, outros a causas econômicas ou combinação de ambas. Com a desintegração dos Vice-Reinados e das Capitânicas, os países formados não conseguiram estabelecer fronteiras perfeitamente definidas, o que geraram crises e conflitos ao longo dos séculos XIX e XX e que, atualmente, ainda continuam ocorrendo. (SANTOS, 2016, p.22)

Em seu trabalho SANTOS (2016) ressalta a importância do papel dos Organismos de Integração Regional para a resolução ou mitigação dos atritos nessas áreas:

... as áreas de fricção existentes na América do Sul não criam barreiras efetivas para o processo de integração. O fortalecimento dos organismos supranacionais do subcontinente tem trazido benefícios para os países, bem como os problemas existentes entre os países, no que se refere aos limites fronteiriços não são mais um empecilho para que as nações possam se integrar. Naturalmente, estes problemas vão sendo relegados a segundos planos, em detrimento da consolidação da integração regional. (SANTOS, 2016, p.49 e 50)

SANTOS (2016) também observa que no século XXI, as áreas de fricção existentes entre os Estados ou são continuidade de problemas iniciados em séculos passados, ou são desdobramentos destes mesmos problemas ou é o estabelecimento de novas áreas de fricção.

Ao longo dos anos o estudo sobre as áreas de fricção na América do Sul vem sendo aprimorado e atualizado conforme evoluem a conjuntura internacional, a relação entre os países em atrito e a situação interna de cada Nação. Entre os trabalhos realizados na ECEME destacam-se três, os quais foram analisados neste trabalho.

OLIVEIRA (1986) ²⁶ apresenta as seguintes áreas de fricção:

- Guiana Essequiba, entre Guiana e Venezuela,
- Guajira-Zulia, entre Colômbia e Venezuela,
- Amazônia equatorial, área entre o Equador e Peru,
- Arica (saída para o mar) Bolívia, Chile e Peru:
- Faixa territorial entre os rios Corentyne e Novo, entre a Guiana e Suriname:
- Chaco Boreal, entre a Bolívia e o Paraguai,
- Canal de Beagle, entre Argentina e Chile,
- Ilha de Martim Garcia, entre Argentina e Uruguai.

Por sua vez, OLIVEIRA (2008) ²⁷ analisa as seguintes questões:

- Guiana Essequiba, entre Guiana e Venezuela,
- Golfo da Venezuela (Guajira-Zulia), entre Colômbia e Venezuela,
- Cordilheira do Condor (fronteira), entre Equador e Peru,
- Arica – Acesso ao Mar, entre Bolívia, Chile e Peru,
- Controvérsia Marítima, entre Chile e Peru,
- Controvérsia de Letícia, entre Colômbia e Peru.

Para SANTOS (2016) as questões relevantes no século XXI são:

- Guiana Essequiba, entre Venezuela e Guiana,
- Guajira-Zulia, entre Colômbia e Venezuela,
- questão de CENIPA (fronteira), entre Equador e Peru,
- questão da saída para o mar (Arica) entre Bolívia, Chile e Peru,
- definição de território e marítima, entre o Chile e o Peru; e
- crise das “*papeleras*”, entre Argentina e Uruguai.

Nota-se que há um lapso temporal de 30 anos entre os trabalhos e que as áreas de fricção consideradas mais importantes e portanto apresentadas pelos autores são praticamente as mesmas. No caso verifica-se que as questões envolvendo os países do cone sul citadas por OLIVEIRA (1986) desapareceram nos trabalhos posteriores. Percebe-se também que surgiram após o trabalho de OLIVEIRA (1986) duas questões que atualmente estão solucionadas mediante acordos diplomáticos: a definição dos limites marítimos entre o Chile e o Peru e a chamada crise das “*papeleras*”, entre Argentina e Uruguai.

²⁶ OLIVEIRA, JOÃO ROBERTO. Áreas de Fricção na América do Sul e seus reflexos na segurança e na harmonia do Subcontinente. (1986)

²⁷ OLIVEIRA, HENRIQUE CORRÊA DE. Áreas de fricção na América do Sul no Século XXI. (2008).

Tal constatação parece confirmar a teoria de SAINT-PIERRE apresentada por FROTA (2011) de que o subcontinente poderia ser dividido em duas porções de acordo com sua tendência para a emersão de conflitos. A primeira porção, chamada de **Arco de Estabilidade**, abrangeria os países pertencentes ao Cone-Sul e o seu processo de integração, o Mercosul, que se apresenta mais desenvolvido e menos propenso a uma regressão para processos conflitivos. A segunda porção, chamada de **Arco de Instabilidade**, representa a área que inclui os países com maior probabilidade de se envolver em conflitos, como a Colômbia e Venezuela, e Bolívia e Chile. (FROTA, 2012, p. 77 e 78). Percebe-se aqui a importância dos acordos regionais para a estabilidade do subcontinente.

O Arco de Instabilidade é bem caracterizado pela indefinição das questões nas quatro áreas de fricção coincidentemente citadas nos três trabalhos estudados: Guiana Essequiba, Guajira-Zulia, fronteira Equador-Peru e a questão de Arica (saída para o mar da Bolívia).

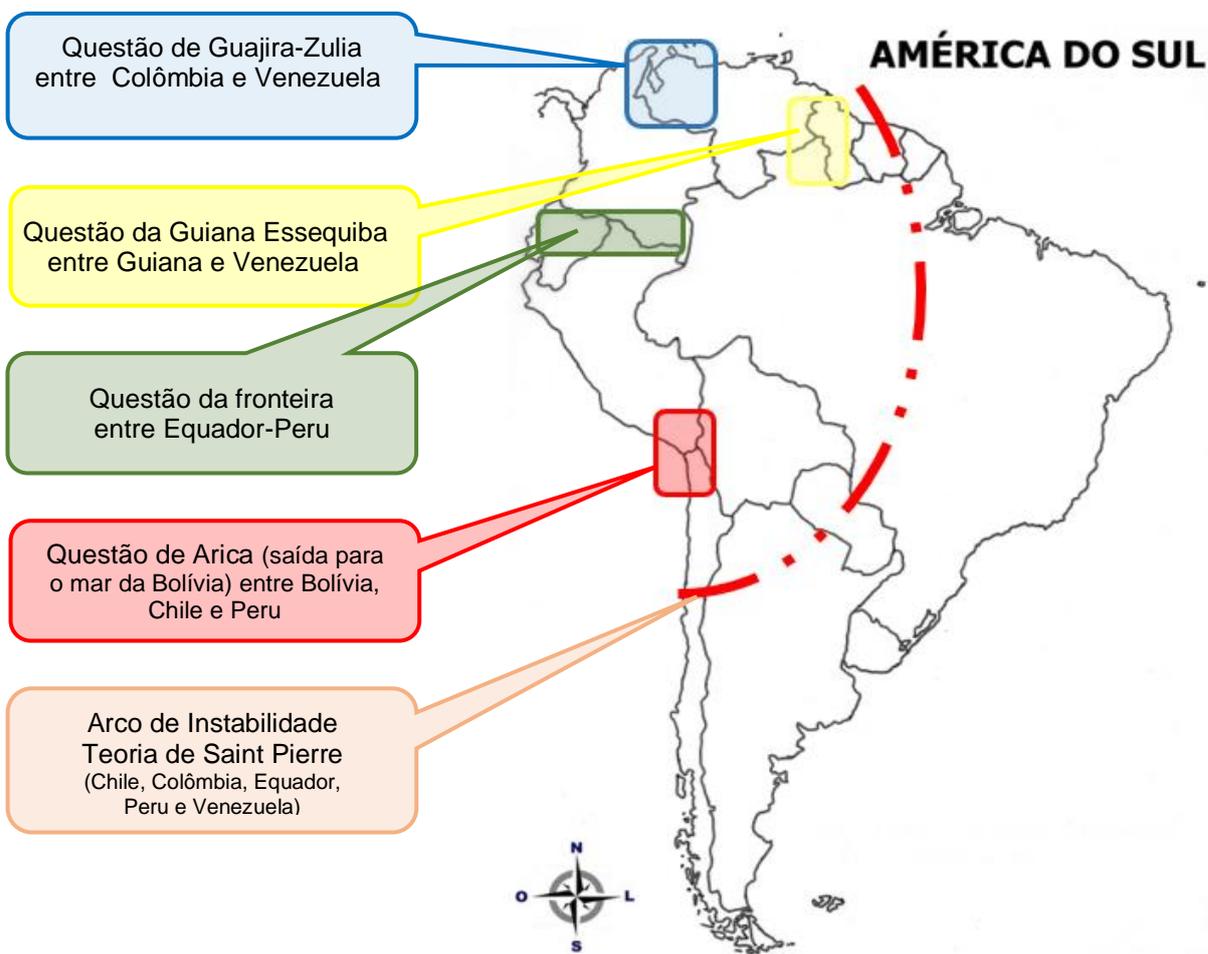


Figura 10 - Áreas de Fricção
Fonte: Autor

Importante apontar que em três dessas quatro áreas em litígio, há a ocorrência, ou indícios, de importantes recursos naturais (particularmente petróleo) que tanto podem servir de estímulo à solução não pacífica das questões pendentes como podem servir de catalizador para a cooperação entre os países interessados. Os três autores citam a existência desses importantes recursos naturais:

a. OLIVEIRA (1986)

Considerando-se ainda, que a área reivindicada pela VENEZUELA representa 2/3 do território guianense, **com um subsolo rico em recursos minerais**, parece pouco provável que a GUIANA venha a concordar em ceder qualquer porção territorial ao seu oponente. (OLIVEIRA, 1986, p. 3 e 4). [o destaque é nosso].

A questão de GUAJIRA-ZULIA envolve a COLÔMBIA e a VENEZUELA, que disputam a posse de uma faixa de terras na península de GUAJIRA (junto ao Golfo da VENEZUELA) e de um pequeno trecho no vale do Rio ZULIA, **ambas as regiões promissoras quanto a possibilidade de exploração de petróleo**. (OLIVEIRA, 1986, p. 3 e 4). [o destaque é nosso].

O EQUADOR não se conforma com a perda de grande faixa de território, onde, inclusive, **há indícios de ocorrência de petróleo** e pretende a revisão do protocolo do RIO DE JANEIRO, o qual segundo os países garantes continua válido até que as nações envolvidas não disponham em contrário. o PERU, sistematicamente recusa a revisão do protocolo, alegando que a questão se resume, simplesmente, em problema técnico de demarcação de fronteiras. (OLIVEIRA, 1986, p. 3 e 4). [o destaque é nosso].

b. OLIVEIRA (2008);

A zona em disputa corresponde a um pequeno trecho de selva amazônica de aproximadamente 340 quilômetros quadrados localizado na Cordilheira do Condor, compreendido entre os rios Zamora, Marañon, Cenepa e Santiago, onde **os contendores dizem existir, no subsolo, ricas reservas de ouro e de urânio**. (OLIVEIRA, 2008, p.27). [o destaque é nosso].

O litígio entre a Venezuela e a Colômbia corresponde à região que serve de conexão entre o Lago de Maracaibo e o Mar do Caribe e reveste-se de grande importância econômica e estratégica para a Venezuela devido à extração de petróleo e à navegação ligada a essa atividade. (OLIVEIRA, 2008, p.31). [o destaque é nosso].

Quanto à disputa da Venezuela e Colômbia por áreas no Golfo da Venezuela, apesar dos dois países estarem discutindo o assunto por meio de uma Comissão Binacional, **o conflito está longe de ser solucionado porque a área possui uma grande quantidade de reservas de petróleo**, sendo, assim, de grande interesse econômico para ambos os países. (OLIVEIRA, 2008, p.36). [o destaque é nosso].

Para a Guiana, geopoliticamente, a manutenção da área lhe proporciona uma zona econômica exclusiva, enquanto a **exploração das riquezas mineras existentes em seu território** permite melhorar a difícil situação econômica do país. (OLIVEIRA, 2008, p.34). [o destaque é nosso].

c. SANTOS (2016);

Pode-se afirmar que as causas bélicas do conflito originaram-se com explicações pautadas nos campos do poder. No campo político, as eleições presidenciais do Peru e a fragilidade do governo equatoriano ... No plano econômico, uma **multinacional canadense descobriu uma grande reserva de ouro na cordilheira do Condor**. (SANTOS, 2016, p. 31) [o destaque é nosso].

Concluindo verifica-se que as áreas de fricção são potenciais para a eclosão de conflitos entre os países sul-americanos, entretanto, verifica-se que por si só tais questões não sirvam de motivo para sua ocorrência, visto existirem há muito tempo e não parecer haver empenho dos países interessados em solucionar os problemas com o uso da força. Observa-se que nos casos em que há recursos naturais nas áreas em litígio a cooperação entre os países parece ser a solução mais viável, inclusive em termos econômicos. Para encerrar esta breve apresentação das áreas de fricção cabe citar OLIVEIRA (2008) e SANTOS (2016) que divergem em suas opiniões:

Dessa forma, pode-se concluir que algumas questões litigiosas envolvendo problemas de fronteiras entre vários países sul-americanos, embora muitas delas adequadamente tratadas na esfera diplomática, possuem potencial para desequilibrar a estabilidade regional e para continuar como áreas de fricção no século XXI. (OLIVEIRA, 2008, p.71).

Por fim, salienta-se que as áreas de fricção existentes na América do Sul não criam barreiras efetivas para o processo de integração. O fortalecimento dos organismos supranacionais do subcontinente tem trazido benefícios para os países, bem como os problemas existentes entre os países, no que se refere aos limites fronteiriços não são mais um empecilho para que as nações possam se integrar. Naturalmente, estes problemas vão sendo relegados a segundos planos, em detrimento da consolidação da integração regional. (SANTOS, 2016, p.49 e 50)

4. CONCLUSÃO

Historicamente verifica-se que a disputa pelo acesso e posse de áreas ricas em recursos naturais já foi causa de guerras na América do Sul, assim supõe-se que a escassez (ou valor) obtidos com a exploração desses recursos poderá ensejar novos conflitos internos ou guerras externas entre os países do subcontinente no século XXI.

Voltando-se sobre o tema da Guerra por Recursos, o presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo definir se a escassez de recursos naturais causada pela sua distribuição irregular e agravada pelas mudanças climáticas e pelo excesso de exploração e consumo, poderá ser causa de guerras entre nações da América do Sul, no século XXI.

Para atingir esse fim foram estudados alguns conceitos básicos.

Inicialmente, já na introdução do trabalho, e posteriormente no segundo capítulo buscou-se compreender o que são recursos naturais e por que eles poderiam ser causa de disputa entre grupos humanos e países.

Verificou-se que para FONSECA (1992) “a definição de recursos naturais abarca um amplo espectro de componentes como recursos minerais (minérios), recursos biológicos (fauna e flora), recursos ambientais (ar, água e solo) e recursos incidentais (radiação solar, ventos e correntes oceânicas)”.(FONSECA, 1992, apud VITTE e col, 2009, p.3). Dentro desse conceito se enquadram os bens que o homem retira da natureza e que utiliza para satisfazer suas necessidades.

Os recursos naturais podem ser classificados de diferentes formas, como por exemplo entre recursos renováveis e não renováveis. Podem ser classificados até mesmo de acordo com sua licitude em recursos legais ou ilegais, neste caso, podem ser enquadradas as plantas da coca e da maconha, minérios extraídos de forma irregular, entre outros. Também podem ser divididos em recursos energéticos, recursos minerais não-combustíveis, água, segurança alimentar e biodiversidade.

Quando atendem certas condições e são escassos, os recursos naturais podem adquirir importância geopolítica e se tornam “recursos estratégicos”.

Neste sentido, um recurso natural somente torna-se estratégico quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece

em função da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há abundância e em outros escassez. (VITTE e col, 2009, p.3).

RODRIGUES (2015), citando CECEÑA e PORRAS (1995) acrescenta que para ser considerado estratégico, um recurso natural deve atender a quatro requisitos: *essencialidade, massividade, vulnerabilidade e escassez*. Quando se pensa na relação entre os recursos estratégicos e sua ocorrência na América do Sul, há que se ponderar os quatro aspectos acima citados, pois em tese somente recursos com essas características poderiam levar dois Estados a uma situação de conflito armado.

Conforme BARBOSA (2016) os tipos de recursos naturais que mais comumente se tornam objeto de disputa direta entre os Estados são aqueles:

...relacionados diretamente à vida ou subsistência (como escassez de alimentos e água potável), alto retorno econômico (como exploração de ouro, diamantes e outros tipos de metais preciosos) ou aqueles que em abundância, podem gerar conflitos pelo controle, como recursos naturais tradicionais para a produção de energia (petróleo e gás natural, por exemplo). (BARBOSA, 2016, p.202) .

A América do Sul é um subcontinente rico em toda classe de recursos naturais. Quando se trata, por exemplo, de recursos energéticos e fontes de energia a América do Sul possui uma característica que potencializa sua capacidade de integração energética entre os países. É a chamada *complementaridade* que potencializa a autossuficiência em insumos energéticos, de forma que o suprimento das nações sul-americanas pode ser realizado, em grande medida, mediante trocas comerciais entre os próprios países. FROTA (2012) apud COSTA (1999) explica:

Para sua atual necessidade econômica, a América do Sul é rica em recursos energéticos; possui abundantes reservas de petróleo na Venezuela; possui recursos hidrelétricos praticamente em toda a sua extensão; reservas de gás natural no Peru, na Argentina e em outros países; carvão na Colômbia e no Brasil; reservas consideráveis de urânio e tório no Brasil, Colômbia e Argentina (COSTA, 1999, p.169).

Desta forma conclui-se que sendo a disputa por recursos energéticos uma das principais causas de guerras por recursos, a possibilidade de trocas comerciais entre os países sul-americanos torna pouco provável que tais recursos naturais sejam motivo de conflitos armados entre eles no século XXI. Em que pese o fato de a luta por recursos ser uma das possíveis causas de diversos conflitos armados ou não entre os países do subcontinente desde a independência no século XIX.

Entendendo o que são recursos naturais foi necessário compreender o que é o fenômeno da guerra e sabendo suas causas determinar se tais elementos da natureza poderiam ser motivo de conflitos armados.

Verificou-se que diversos pesquisadores observam a Guerra mediante diferentes prismas e por isso mesmo atribuem diferentes causas ao fenômeno. Para alguns estudiosos os aspectos econômicos são importantes causas de conflitos armados e entre esses fatores estão a disputa por recursos naturais, que quando não solucionadas por meios pacíficos, como por exemplo pelo comércio, podem gerar crises e até conflitos armados, as chamadas Guerras por Recursos.

Assim, a guerra por recursos foi definida como o *“emprego da força por grupos políticos para a resolução de um conflito causado pela busca da conquista ou manutenção de recursos naturais e energéticos e decorrentes da escassez ou valor econômico ou estratégico desses bens.”*

LE BILLON (2004) explica que usualmente uma Guerra de Recursos é apresentada como um conflito armado travado para controlar um valioso recurso natural. Ele mostra que os investigadores que estudam esse tipo de conflito armado tendem a argumentar que as guerras por recursos ocorrem ou por *necessidade* ou por *ganância*.

Os primeiros defendem que os *“escassos de recursos significam mais conflitos”*, pois as pessoas vão lutar entre si pelos recursos de que necessitam para sobreviver. São exemplos a apropriação de terras irrigáveis na fronteira Senegal/Mauritânia e de áreas de pastoreio no Sudão associadas a um deslocamento de populações locais a terras marginais. (LE BILLON, 2004, p.22).

Os pesquisadores preocupados com a *“ganância”* afirmam que *“recursos abundantes são sinônimo de mais conflitos”*, o que significa que quando a riqueza depende do Estado ou do controle territorial, grupos que competem irão recorrer à não-cooperação ou à violência para controlar as receitas. (LE BILLON, 2004, p.22). Um exemplo na América Latina seria a Guerra do Chaco (1932-1935) em que Bolívia e Paraguai lutaram, entre outros motivos, pela suposta existência de jazidas de petróleo na área em litígio.

Entretanto, particularmente, quando observa a Guerra Angolana, LE BILLON (2004) vai mais além dessa dualidade e afirma que o termo Guerra por Recursos também pode ser usado para definir um conflito armado em que o controle e as receitas dos recursos naturais estão significativamente envolvidas na economia do

conflito e/ou as motivações dos beligerantes. (LE BILLON, 2004, p. 22). Com base nessa ampliação de significado, podem ser incluídos como Guerras de Recursos não apenas os conflitos armados em que os estados ou grupos lutam por “ganância” ou “necessidade”, mas também aqueles em que a posse das áreas de exploração e conseqüentemente dos recursos naturais dela extraídos permite a um grupo (estatal ou não) a obtenção de recursos financeiros para a manutenção do esforço militar para atingir seus objetivos políticos. Nesse último caso os recursos naturais não são a causa do conflito e sim uma forma de obter os instrumentos para “ganhar a guerra”.

Após introduzir o leitor às Guerras por Recursos conforme o planejamento do trabalho monográfico, o campo de estudo desses conflitos foi geograficamente delimitado a uma parte do entorno estratégico brasileiro, mais precisamente aos países da América do Sul.

Restringindo ainda mais o tema, devido à impossibilidade de explorar todas as guerras ocorridas no subcontinente, foram selecionados e sumariamente analisados alguns dos principais conflitos externos ocorridos entre os países da América do Sul, buscando encontrar entre as causas dos mesmos a luta por recursos naturais. Para complementar o trabalho foram estudados o Conflito Interno na Colômbia (FARC) e as mais relevantes Áreas de Fricção entre os países sul-americanos na atualidade.

Desta forma, foram examinados seis conflitos armados, sendo cinco conflitos externos e um conflito interno. Desta análise constatou-se que a principal causa das guerras na América do Sul é a histórica indefinição de limites entre as antigas colônias ibéricas, porém também foram verificados que em quatro das guerras externas apresentadas, a luta por recursos naturais está entre os motivos da eclosão do conflito, (ver o quadro 10).

Observa-se que a Guerra do Paraguai não se caracteriza como uma luta por recursos naturais e que no caso do Conflito Interno na Colômbia (FARC) a principal causa é política, ou seja a tentativa de tomada do poder por um grupo guerrilheiro, o qual, a partir de determinado momento do conflito armado, passou a utilizar-se da exploração de recursos naturais (ouro e folhas de coca para a produção de cocaína) como uma das formas de financiar sua luta.

Conflito	Teve como um dos motivos a luta por recursos naturais? Quais recursos?	Observações
Guerra do Paraguai 1864-1870	Não	
Guerra do Pacífico 1879-1883	Sim - salitre e guano	
Guerra do Acre 1899-1904	Sim – seringueira (látex)	
Guerra do Chaco 1932-1935	Sim - petróleo	Havia indícios da existência de petróleo na região devido às suas características geológicas
Disputas Equador-Peru 1932-1995	Sim - petróleo	Crença na existência de reservas na área em litígio (conflito de 1941)
Conflito Interno na Colômbia (FARC) 1964-2016	Não	Os recursos naturais - cocaína e ouro - foram explorados como forma de financiar o conflito

Quadro 10 - Guerras por Recursos na América do Sul
Fonte: autor

Outra constatação é de que os recursos naturais que impulsionaram as Guerras do Pacífico e do Acre, apesar de ainda serem importantes nas economias locais das áreas em que ocorreram os conflitos, não podem de forma alguma, na atualidade, serem considerados estratégicos. De forma semelhante, o petróleo, cuja possibilidade de existência incentivou as lutas entre o Equador e Peru e a Guerra do Chaco, ironicamente nunca foi encontrado. Daí se questiona se realmente a luta por recursos, nesses casos gerada por “ ganância” realmente teria valido a pena? De fato, os países vencedores não usufruíram dos recursos mas obtiveram substanciais ganhos territoriais, sendo os grandes perdedores a Bolívia e o Equador.

Quanto às Áreas de Fricção, foi fundamental seu estudo pois, sendo questões não devidamente solucionadas, podem vir a ser, em casos extremos, motivo de novos conflitos armados, particularmente se a descoberta de recursos naturais estratégicos na área em litígio servir de pretexto imediato.

Para entender a questão das áreas de fricção, foram estudados diversos trabalhos de onde foram destacados três monografias realizadas na ECEME ao longo das últimas três décadas. Foi observado que entre as

áreas de fricção quatro áreas, potencialmente ativas, são consideradas importantes e que nelas há recursos naturais que podem ser considerados estratégicos (quadro 11).

Principais Área de fricção	Países envolvidos	Recursos Naturais Estratégicos na região
Questão da fronteira Equador-Peru	Equador e Peru	petróleo, ouro e urânio
Questão do acesso ao mar - Arica	Bolívia, Chile e Peru	
Guajira - Zulia	Colômbia e Venezuela	petróleo
Guiana Essequiba	Guiana e Venezuela	representa 2/3 do território guianense, apresenta subsolo rico em recursos minerais

Quadro 11 - Principais Áreas de Fricção e Recursos Naturais

Fonte: autor

De fato, na região de Guajira-Zulia, disputada entre Colômbia e Venezuela, há reservas comprovadas de petróleo, entretanto na região de fronteira entre Equador e Peru não há confirmação. Nota-se que a pretensão boliviana de uma saída para o mar enseja a devolução, por parte do Chile, de uma área conquistada por esse último do Peru na Guerra do Pacífico, mas que atualmente não possui recursos naturais estratégicos. Além disso, os autores estudados afirmam que a área de fricção com maior possibilidade de conflito seria a região da Guiana-Essequiba, entretanto, a Venezuela o motivo da disputa é histórico e tem como origem a ambição territorial da antiga colônia espanhola e não os recursos naturais existentes na área.

Quando se analisam os conflitos internos, tal qual ainda ocorre na Colômbia, e o crescimento do crime organizado (tema não tratado neste trabalho) verifica-se que a exploração de recursos naturais ilícitos ou em áreas não permitidas, será motivo de grande preocupação dos governos do subcontinente, particularmente dos países produtores de drogas (Bolívia, Colômbia, Peru e Paraguai) e daqueles que são corredores do tráfico e grandes consumidores como o Brasil. Pois os recursos financeiros oriundos da produção, transporte e comercialização de drogas ilícitas patrocina a luta fratricida dos grupos criminosos.

Com base no que foi estudado durante a elaboração do trabalho, verifica-se que mundialmente as Guerras por Recursos serão cada vez mais frequentes, configurando na visão de KLARE uma “*tendência universal*” na medida em que a demanda, intensificada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico, ultrapassa cada vez mais a capacidade da natureza de fornecer os materiais essenciais para a vida moderna. Nesse sentido, três tendências seriam decisivas no processo de esgotamento dos recursos naturais mais importantes: globalização, o crescimento populacional e a urbanização.

Entretanto, quando delimitamos o campo de estudo à América do Sul e às relações entre suas nações, sem a interferência de potências externas, há motivos para acreditar que a disputa por recursos naturais não é causa suficiente para que os países, mesmo no caso das áreas de fricção, travem conflitos armados, seja por “ganância” ou por “necessidade”, visto que a complementaridade e as trocas comerciais são, por ora, capazes de atender a demanda por recursos naturais na América do Sul.

ARCENIO FRANCO JUNIOR – Cel Cav QEMA

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, DARON. et al. **A Dynamic Theory of Resource Wars.** July 10, 2011. Disponível em: < <https://economics.yale.edu/sites/default/files/files/Faculty/Tsyvinski/resourcewars.pdf>. Acesso em 23 fev. 2018.

ARON, RAYMOND. **Guerra e paz entre as Nações.** Trad. de Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979. 708 p.

BARBOSA, Gabriela Gonçalves. **Recursos Naturais Renováveis e Produção de Energia.** Revista Política Hoje, Vol. 23, No 1, p. 193-215. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/index>> . Acesso em 20 ago. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Recursos naturais e conflitos armados na América do Sul: invertendo o nexo causal dos estudos securitários.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/66-ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/34067-artigos-e-palestras-do-13-congresso-academico-sobre-defesa-nacional>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. **Cenário de Defesa 2020-2039: Sumário Executivo.** Brasília – DF: Editora do MD, 2017, 64 p.

_____. **Doutrina Militar de Defesa – MD 51-M-04.** Brasília – DF: Editora do MD, 2007, 48 p. 2ª edição.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento - Sumário Executivo.** Brasília – DF: ASSECOR, 2017, 29 p.

BLAINEY, GEOFFREY. **Uma breve história das guerras.** 1. ed. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2014. 237p.

BOBBIO, NORBERTO. **Teoria geral da política: A Filosofia Política e as Lições dos clássicos.** Tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2000, 20ª reimpressão, 717 p.

BORT, RYAN. **How climate change's effect on agriculture can lead to war.** Disponível em: <http://www.newsweek.com/climate-change-agriculture-cause-war-world-government-summit-557728>> Acesso em: 30 jun. 2018.

CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. **La Producción Estratégica Como Sustento de la Hegemonía Mundial: aproximación metodológica.** In: CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés (Org.). Producción Estratégica y Hegemonía Mundial. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

CECENÃ, Ana Esther; PORRAS, Paulo. **Los Metales Como Elementos de Superioridad Estratégica**. In: CECENÃ, Ana Esther; BARREDA, Andrés (Org.). *Producción Estratégica y Hegemonía Mundial*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

CHIAVENATTO, JÚLIO JOSÉ. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1979.

COSOY, NATALIO (2016). **Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos**. BBC Mundo, Bogotá, 24 agosto 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37181620>> Acesso em: 15 jun. 2018.

COUTINHO, RACHEL SILVA DA ROCHA . GOMES, VICTOR LEANDRO CHAVES. **Clausewitz e os Conflitos Irregulares: Um Panorama sobre as “Novas” Guerras no Século XXI**. Disponível em: <https://www.academia.edu/33377691/clausewitz_e_os_conflitos_irregulares_um_panorama_sobre_as_novas_guerras_no_século_xxi>. Acesso em: 08 ago. 18.

DIXON, THOMAS HOMER. **Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases**. *International Security* 19, No. 1 (Summer 1994): 5 – 40 Disponível em: <<https://homerdixon.com/environmental-scarcities-and-violent-conflict-evidence-from-cases/>> Acesso em: 30 jun. 2018.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Guerra do Paraguai**. História da Guerra/DEMETRIO MAGNOLI, organizador. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. P.479.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (BRASIL). **Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Rio de Janeiro. 2008.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **A Infraestrutura Energética Sul-Americana**. Relatório Parcial – TG 1. O Desenvolvimento, a Segurança e a Defesa na América do Sul. Rio de Janeiro. 2009.

FRIEDE, REIS. **Curso de Teoria Geral do Estado. (Teoria Constitucional e Relações Internacionais)**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Forense Universitária, 2000, 501. p.

FROTA, Francisco Nixon Lopes. **A Geopolítica da América do Sul: o papel determinante da defesa na integração do setor elétrico**. Rio de Janeiro, 2012. 41 f.: il; 30cm. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

FUSER, IGOR. **Os recursos energéticos e as teorias das Relações Internacionais**. Disponível em: <http://www.geocities.ws/politicausp/relaçõesinternacionais/tri/Fuser.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GILPIN, ROBERT. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, pp.1-49, 156-244. Disponível em: <<http://www.olivialau.org/ir/archive/gil2.pdf> > Acesso em: 30 jun. 2018.

GUEVARA, KALKI ZUMBO CORONEL. **As Forças Armadas Revolucionárias Da Colômbia (FARC) e Sua Atuação no Cenário Internacional**. Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 6, 2010, p. 223. Disponível em:< <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume6/>> . Acesso em 15 jul. 2018.

HOWARD, MICHAEL. **The Causes of War**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983 p.286. Second Edition, Enlarged.

HUMPHREYS, MACARTAN. **Natural Resources, Conflict, and Conflict Resolution - uncovering the mechanisms**. Disponível em: <http://www.columbia.edu/~mh2245/papers1/MH8JCR05_paper.pdf > . Acesso em: 22 jun. 2018.

JÁTIVA, JUAN XAVIER RIOFRÍO. **As Medidas de Confiança Mútua entre Equador e Peru: histórico e perspectivas desde o ponto de vista equatoriano**. Rio de Janeiro, 2014. 120 fls.: il.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

KEEGAN, JOHN. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 442 p.

LEVY, JACK S; THOMPSON, WILLIAN R. **Cause of War**. West Sussex, United Kingdom: Blackwell Publishing, 2010, 281 p.

OLIVEIRA, HENRIQUE CORRÊA DE. **Áreas de fricção na América do Sul no Século XXI**. Rio de Janeiro, 2008. 76 fls.: il.; 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

OLIVEIRA, JOÃO ROBERTO. **Áreas de Fricção na América do Sul e seus reflexos na segurança e na harmonia do Subcontinente**. Rio de Janeiro, 1986. 55 fls.: il.; 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso de Comando e Estado-Maior – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

PEREIRA, AUGUSTO HELENO RIBEIRO. **A influência estrangeira no planejamento e na condução das operações militares da Guerra do Chaco**. Rio de Janeiro, 1986. 73 fls.: il.; 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso de Comando e Estado-Maior – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

NAVARRO, Roberto. **Quais foram as principais guerras da América do Sul?** Revista Mundo Estranho. Editora Abril. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-as-principais-guerras-entre-paises-da-america-do-sul>> . Acesso em: 27 mai. 2018

LE BILLION, PHILLIPE (2001). **The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts**. Political Geography, Vol. 20, No. 5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233145543_The_Geopolitical_Economy_of_Resource_Wars. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. (2004). **The Geopolitical Economy of Resource Wars**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/journal/1465-0045_Geopolitics>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MARTIN, ANDRÉ. **Guerra da Secessão**. História da Guerra/DEMETRIO MAGNOLI, organizador. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. P.479.

MINTEGUI, JUAN CARLOS PARODI. **Causas e consequências da guerra de tríplice aliança**. Artigo apresentado para conclusão do curso de pós-graduação em História Militar na UNISUL. UNISUL, 2017, p.34. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3011/Versão%20final%20do%20TCC%20após%20defesa.docx.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MITRE, ANTONIO. **Ligações Perigosas: Estado e guerra na América Latina**. Working Paper nº 7, Julho de 2010. Plataforma democrática, 2010, 29 disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ligacoes%20Perigosas.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MORAES, WELLINGTON S. **A Essência da Guerra Irregular**. Disponível em: <https://wellingtonm.files.wordpress.com/2007/03/a-essencia-da-guerra-irregular.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2016.

PFRIMER, MATHEUS HOFFMAN. et al. **Recursos naturais e conflitos armados na América do Sul: invertendo o nexos causal dos estudos securitários**. 2016. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/66-ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/34067-artigos-e-palestras-do-13-congresso-academico-sobre-defesa-nacional>> Acesso em: 23 abr. 2018.

PINHEIRO, ÁLVARO ISRAEL. **Hezbollah e o Conflito Assimétrico**. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/269/231>. Acesso em: 25 jul. 18.

RÊGO, ALANA KARLA MONTEIRO LEAL. et al. **Geopolítica e Defesa dos Recursos Naturais Estratégicos da América do Sul: uma Abordagem Regional a Partir da Perspectiva Brasileira**. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/27450695/Geopolítica_e_Defesa_dos_Recursos_Naturais_Estratégicos_da_América_do_Sul_uma_Abordagem_Regional_a_Partir_da_Perspectiva_Brasileira> Acesso em: 25 jul. 2018.

REYES, FERNANDO SILIANO. **As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935)**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Edição Especial, p p.161 - 181, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp_Especial/161-182-REYES_%20F_S.pdf>. Acessado em 25 jul. 2018.

RODRIGUES, Bernardo. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos no século XXI**. Rio de Janeiro, 2015. 146 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia.

ROSA, José María. **La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas**. Buenos Aires: Hispanoamérica, 1988.

ROSS, MICHAEL L. **Oil, drugs and diamonds. How do natural resources vary in their impact on civil war?** In: BALLENTINE, K.; SHERMAN, J. (Eds.). *The political economy of armed conflict*. Boulder: [s.n.]. p.47–72. Disponível em: <<https://laohamutuk.org/OilWeb/Bground/War/OilDrugs.pdf>> . Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **What do we know about natural resources and civil war?** *Journal of Peace Research*, v. 41, n. 3, p.337–356, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/248418789_What_Do_We_Know_about_Natural_Resources_and_Civil_War>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SAINT-PIERRE. HÉCTOR LUIS. **As “Novas Ameaças” às Democracias Latino-Americanas: Uma Abordagem Teórico Conceitual**. 2007. In. *Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional*. Organizador: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Fundação Memorial da América Latina. São Paulo. 2007.

SANTOS, Marco André M. dos. **As Áreas de Fricção da América do Sul no Século XXI e a Integração Regional**. Rio de Janeiro, 2016. 53 fls.: il.; 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

SITE G1. **Governo da Colômbia e FARC assinam acordo de paz para conflito de 52 anos**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/governo-da-colombia-e-farc-assinam-acordo-de-paz-para-conflito-de-52-anos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

UCDP/PRIO. **Armed Conflict Dataset Codebook**. 2002. Disponível em: <<http://ucdp.uu.se/downloads/ucdpprio/ucdp-prio-acd-181.pdf>> . Acesso em 01 ago. 18.

VAN EVERA, STEPHEN. **Causes of war. Power and Roots of Conflict**. Ithaca – New York: Cornell University, 1999. 270 p.

VAZ, GABRIELA SOMMER; ROSA, JONATHAN RAFAEL VIEIRA DA, **O tráfico de armas na fronteira Brasil-Colômbia: Políticas de defesa e estratégias**

cooperativas. Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais, v. II, Cooperação Interagências. Recife: Editora UFPE, 2015.

VITTE, CLAUDETE DE CASTRO SILVA; SENHORAS, ELÓI MARTINS; MOREIRA, FÁBIO; **A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais.** 04/2009, 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina - caminando en una América Latina en transformación. Vol. 1, pp.1-15, Montevideo, Uruguay, 2009. < <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/16.pdf>> . Acesso em 25 abr. 2018.

WELZER, HARALD. **Guerras Climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século XXI.** São Paulo: Geração Editorial, 2010. 317p.

WRIGHT, QUINCY. **A Guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. 3